

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - AL

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012



Maio de 2013

Agricultura e abastecimento em boa companhia

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
SUREG - AL**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

SUREG - AL

Maceió – 2013

Sumário

Lista de Abreviações e Siglas.....	4
Lista de Quadros e Figuras.....	5
Apresentação.....	7
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	9
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	9
1.1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
1.1.2. Estrutura Organizacional.....	11
1.1.3. Principais Responsáveis.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	12
1.2.1. Planejamento Estratégico.....	12
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	18
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	18
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	20
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	21
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	21
3.1.1. Subvenções do Governo Federal.....	21
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	22
3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	22
3.2.2. Contratos de Opção de venda.....	23
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	23
3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO.....	23
3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	24
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	26
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	27
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	27
4.1.1. Critérios adotados para definição das intervenções no mercado e escolha do Instrumento utilizado.....	27
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	27
4.2.1. Venda em Leilão Público.....	28
4.2.2. Venda em Balcão.....	28
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	31
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	32
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	34
5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort.....	34
5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	34
6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	34
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	35
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	35
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	38
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	39
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	39
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	40
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	41
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	41
10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES.....	41
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	42
11.1. Alocação de Servidores.....	42
11.2. Comunicação na Instituição.....	42

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	43
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	43
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	44
11.5.1 Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	48
11.5.2 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	48
11.5.4 Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal.....	49
11.5.5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	49
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos	51
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	51
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	54
12.1. Programas e Ações do PPA.....	54
12.2. Restos a Pagar.....	58
12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.....	58
12.4. Transferências mediante Convênio.....	59
12.5. Demonstrações Contábeis	59
A T I V O.....	59
José Carlos de Andrade.....	66
12.6. Composição dos Investimentos da Empresa	78
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	78
12.8. Parecer da Auditoria Independente	79
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	79
13.1. Controle Interno da UJ	79
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	80
13.3. Auditoria Interna.....	80
Resultados e Conclusões.....	81
ANEXO I - Demonstrações Contábeis.....	82
ANEXO II - xxx.....	83

Lista de Abreviações e Siglas

AGF	AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL
Audin	Auditoria Interna
CAF	COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CDAF	COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CFP	COMPANHIA DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO
CIBRAZEM	COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAGEM
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO
COBAL	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CPR	CÉDULA DO PRODUTOR RURAL
Difin	Diretoria Financeira
Dipai	Diretoria de Política Agrícola e Informações
Dirab	Diretoria de Operações e Abastecimento
Dirad	Diretoria Administrativa
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
GEARE	Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados
GEASA	Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM	GERÊNCIA DE BENEFÍCIOS, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
GECAD	GERÊNCIA DE CADASTRAMENTO E CREDENCIAMENTO DE ARMAZÉNS
GECAP	Gerência de Capacitação
GEFAD	GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
GEOSE	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO
GEVEP	Gerência de Vistoria dos Estoques Privados
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
MAB	MOVIMENTO DE ATIGIDOS POR BARRAGENS
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MOC	MANUAL DE OPERAÇÕES CONAB
N.A.	NÃO APLICADO
NR	NORMA REGULAMENTADORA
PAA	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
PDV	PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA
PDVI	PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA
PEP	PRÊMIO PARA ESCOAMENTO DE PRODUTO
PEPRO	PRÊMIO EQUALIZADOR PAGO AO PRODUTOR RURAL E/OU SUA COOPERATIVA
PGPM	PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO
PPA	PLANO PLURI ANUAL
PROGE	Procuradoria-Geral
PROP	PRÊMIO DE RISCO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTO AGRÍCOLA ORIUNDO DE CONTRATO PRIVADO DE OPÇÃO DE VENDA
PRORE	PROCURADORIA REGIONAL
PTRES	PLANO DE TRABALHO RESUMIDO
SAS	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE
SEADE	SETOR ADMINISTRATIVO, DE DESENVOLVIMENTO E DE RECURSOS HUMANOS
SECOF	SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO
SEGEO	SETOR DE APOIO A LOGÍSTICA E GESTÃO DA OFERTA
SEOPI	SETOR DE OPERAÇÕES DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DE ABASTECIMENTO
SESAN	SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO
SIAFI	SERVIÇO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAPE	SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
SICARM	SISTEMA DE CADASTRO DE UNIDADES ARMAZENADORAS
Suarm	Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques

Sucon	Superintendência de Contabilidade
Sufin	Superintendência de Finanças
Sufis	Superintendência de Fiscalização
Sugof	Superintendência de Gestão da Oferta
Suinf	Superintendência de Informações do Agronegócio
Sumoc	Superintendência de Modernização e Capacitação
Suope	Superintendência de Operações Comerciais
Supab	Superintendência de Abastecimento Social
Supad	Superintendência de Administração
Supaf	Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar
Supor	Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
Sureh	Superintendência de Recursos Humanos
Sutin	Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação
TPF	TABELA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
UA	UNIDADE ARMAZENADORA
VEP	VALOR POR ESCOAMENTO DE PRODUTO

Lista de Quadros e Figuras

Quadro 1.1: Identificação da Unidade	9
Figura 1.2: Organograma Institucional	11
Quadro 1.3: Principais responsáveis da Sureg-AL em 2012	11
Figura 1.4: Mapa Estratégico corporativo	12
Quadro 3.1: Pagamento de subvenção de cana-de-açúcar referente a safra 2010/2011	22
Quadro 3.2: Aquisição de produtos através da AGF	22
Quadro 3.3: Dez maiores operações por meio da CPR-Doação (MDS)	25
Quadro 3.4: Dez maiores operações na CPR-Estoque (MDS e MDA)	26
Quadro 3.5: Quantidades e recursos dispendidos por instrumento	26
Quadro 3.6: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	26
Quadro 4.1: Operações de Vendas em Leilão Público	28
Quadro 4.2: Demonstrativo de Vendas em Balcão	30
Quadro 4.3: Dez maiores operações de Vendas em Balcão	31
Quadro 4.4: Demonstrativo de Subvenção referente a VEP para Alagoas em 2012	31
Quadro 4.5: Dez maiores operações VEP	32
Quadro 4.6: Demonstrativo Geral das Vendas e Subvenção	32
Quadro 4.7: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão	32
Quadro 4.8: Percentual de VEP comprovado	32
Quadro 7.1: Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	35
Quadro 7.2: Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias	35
Quadro 7.3: Previsão de obras para 2014 conforme plano de investimentos da Conab	36
Quadro 7.4: Previsão de obras para 2015 conforme plano de investimentos da Conab	37
Quadro 7.5: Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	37
Quadro 7.6: Quantidade de estoques fiscalizados em Alagoas	38
Quadro 7.7: Demonstrativo das Remoções Contratadas	39
Quadro 7.8: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	39
Quadro 11.1: Treinamento por área de conhecimento	44
Quadro 11.2: Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	44
Quadro 11.3: Demonstrativo do efetivo por situação contratual	45
Quadro 11.4: Demonstrativo por nível de escolaridade	45
Quadro 11.5: Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	46
Quadro 11.6: Estrutura de cargos em comissão em funções gratificadas da UJ	46
Quadro 11.7: Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	47

Quadro 11.8: Composição do Quadro de Estagiários	47
Quadro 11.9: Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	48
Quadro 11.10: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	48
Quadro 11.11: Rotatividade ou Turnover	49
Quadro 11.12: Percentual de realização de exames médicos periódicos	50
Quadro 11.13: Percentual de ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais	50
Quadro 11.14: Percentual de empregados com nível superior	50
Quadro 11.15: Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012	51
Quadro 11.16: Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012	51
Quadro 11.17: Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS	52
Quadro 12.1: Ações orçamentárias da UJ	54
Quadro 12.2: Ações de outros órgãos, executadas pela UJ	57
Quadro 12.3: Situação dos Restos a Pagar de exercícios Anteriores	58
Quadro 12.4: Balanço Patrimonial	59
Quadro 12.5: Demonstração dos Fluxos de Caixa	62
Quadro 12.6: Demonstração do Resultado do Exercício	63
Quadro 12.7: Demonstração do Valor Adicionado	64
Quadro 12.8: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	65
Quadro 12.9: Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	78
Quadro 12.10: Bens Imóveis de Propriedade da União cedidos a UJ	79
Quadro 13.1: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	79

Apresentação

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional de Alagoas, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-AL para o exercício de 2012, decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários para despesas com treinamento e investimentos na recuperação da rede armazenadora própria, fatores recorrentes em relação a exercícios anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
2.2	mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab (armazenagem, comercialização, classificação, etc.); os produtos e serviços oferecidos que geram receitas próprias (% da receita líquida dos serviços – armazenagem de produtos agrícolas, leilão de terceiros e classificação, os principais clientes por produtos e serviços dos setores público e privado, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações.	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
3. Sustentação de Renda		
3.2	Contrato de Opção de Venda e Prêmio de Escoamento de Produto - PEP	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1	Análise sobre os principais resultados do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, contemplando no mínimo: número de varejistas cadastrados; número de fornecedores organizados; número e valores financeiros de transações comerciais efetivadas por tipo de produtos e principais mercados abrangidos por Estado (nos Estados em que o PROHORT é operacionalizado).	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
6. Prestação de Serviços		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será

		apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
7.2	quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos; quantidade de armazéns descredenciados no exercício; avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab; saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos.	Não há conteúdo a ser apresentado no referido exercício.
10. Geração e Difusão de Informações		
10.1	Análise dos principais resultados do Projeto SigaBrasil, contendo, no mínimo: principais trabalhos produzidos com ênfase no público alvo e impactos nas cadeias produtivas; demonstrativo dos custos de investimento e manutenção do Programa; principais resultados no levantamento de produção, custos e estoques de produtos agrícolas.	Não há conteúdo a ser apresentado pela SUREG-AL.
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.4	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	Não há conteúdo a ser apresentado pela SUREG-AL.
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	Parecer de auditoria independente.	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
13. Governança e Controles		
13.2	Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acordãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	Não há conteúdo a ser apresentado pela SUREG-AL.
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.

INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações gerais sobre a UJ

1.1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1.1: Identificação da Unidade

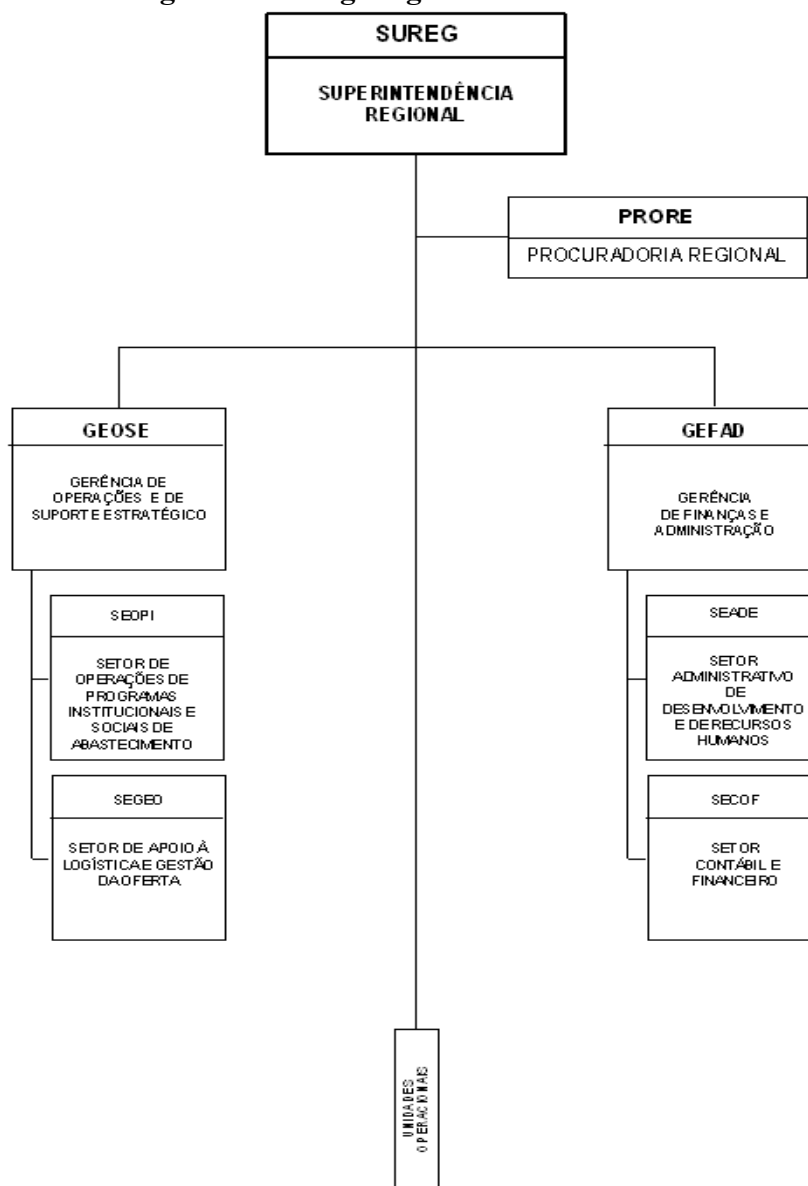
Poder e Órgão de vinculação																																											
Poder: Executivo Federal																																											
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14																																								
Identificação da Unidade Jurisdicionada																																											
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional de Alagoas																																											
Denominação abreviada: Conab/Sureg-AL																																											
Código SIORG: 107924	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 22211																																								
Situação: Ativa																																											
Natureza Jurídica: Empresa Pública Federal			CNPJ: 26.461.699/0001-80																																								
Principal Atividade: Abastecimento Agroalimentar (Administração Pública em Geral)			Código CNAE: 84.11-6																																								
Telefones/Fax de contato:	(82) 3241-2342	(82) 3358-6145	(82) 3358-7412																																								
Endereço eletrônico: al.sureg@conab.gov.br																																											
Página da Internet: http://www.conab.gov.br																																											
Endereço Postal: Rua Senador Mendonça, 148 – Ed. Walmap – 8º e 9º andar – Centro – CEP: 57.020-030, Maceio-AL.																																											
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada																																											
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada																																											
<p>A Superintendência Regional de Alagoas – SUREG-AL está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 30 de julho de 2008, mediante deliberação do Conselho de Administração da CONAB, em sua 182ª Reunião Ordinária realizada em 24/6/2008, no uso da competência que lhe confere o art. 16, Inciso IX, do Estatuto Social (versão 24/03/2008) e o Art.3º Inciso IX do Regimento Interno da Companhia (versão aprovada 25/11/2009).</p> <p>A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Versão</th> <th>Decreto</th> <th>Data do Decreto</th> <th>Data de Publicação no DOU</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.ª Versão</td> <td>99.944</td> <td>26/12/90</td> <td>31/12/90</td> </tr> <tr> <td>2.ª Versão</td> <td>369</td> <td>19/12/91</td> <td>20/12/91</td> </tr> <tr> <td>3.ª Versão</td> <td>s.n.º</td> <td>03/07/95</td> <td>04/07/95</td> </tr> <tr> <td>4.ª Versão</td> <td>1.816</td> <td>09/02/96</td> <td>09/02/96</td> </tr> <tr> <td>5.ª Versão</td> <td>s/n.º</td> <td>19/12/96</td> <td>20/12/96</td> </tr> <tr> <td>6.ª Versão</td> <td>2.390</td> <td>19/11/97</td> <td>21/11/97</td> </tr> <tr> <td>7.ª Versão</td> <td>3.336</td> <td>13/01/00</td> <td>14/01/00</td> </tr> <tr> <td>8.ª Versão</td> <td>4.514</td> <td>13/12/02</td> <td>16/12/02</td> </tr> <tr> <td>9.ª Versão</td> <td>6.407</td> <td>24/03/08</td> <td>25/03/08</td> </tr> </tbody> </table> <p>As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991, com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal; - Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários; - Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária; - Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários; - Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno; - Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências; - Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo. 				Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU	1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90	2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91	3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95	4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96	5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96	6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97	7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00	8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02	9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08
Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU																																								
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90																																								
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91																																								
3.ª Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95																																								
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96																																								
5.ª Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96																																								
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97																																								
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00																																								
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02																																								
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08																																								

<p>A SUREG-AL tem as seguintes competências regimentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais; - Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios; - Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor; - Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas; - Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia. <p>Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.</p> <p>I – Procuradoria Regional - PRORE</p> <p>II – Gerência de Operações e Suporte Estratégico – GEOSE</p> <p>a) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO</p> <p>b) Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento- SEOPI</p> <p>III – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD</p> <p>a) Setor Contábil e Financeiro – SECOF</p> <p>b) Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE</p> <p>IV – Unidades Operacionais</p> <p>a) Unidade Armazenadora - UA</p>	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Lei nº 171, de 17 de janeiro de 1991, Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000, Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001, Estatuto Social, Normas da Organização – NOC, Acordo Coletivo de Trabalho, Regimento de Pessoas e o Regimento Interno.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Publicações disponíveis na página da internet:	
a. Manual de Operações da Conab – MOC;	
b. Publicações Especializadas.	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135586	Superintendência Regional de Alagoas
135294	Unidade Armazenadora de Maceió
135610	Unidade Armazenadora de Palmeira dos Índios
135295	Unidade Estoque Estratégico /AL
135296	Núcleo Estoque Regulador/AL
135439	Mercado de Opção/AL
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	Companhia Nacional de Abastecimento
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135586	22211
135294	22211
135610	22211
135295	22211
135296	22211
135439	22211

Fonte: GEFAD/AL

1.1.2. Estrutura Organizacional

Figura: 1.2: Organograma Institucional



1.1.3. Principais Responsáveis

A seguir a relação dos responsáveis pelas principais unidades organizacionais da SUREG-AL no exercício de 2011.

Quadro: 1.3: Principais responsáveis da Sureg-AL em 2012

Cargo	Nome	Período	Designação
Superintendente	Elizeu José Rego	01/01/12 à 31/12/12	Portaria 247/2008
Assistente da Sureg-AL	Nélio Luis da Costa	01/01/12 à 16/04/12	Portaria 79/2010
Assistente da Sureg-AL	Adeildo G. de Santana Jr.	01/10/12 à 31/12/12	Portaria 1.249/2012
Gerente - GEFAD	Manacés Calheiros Filho	01/01/12 à 20/07/12	Ato de Direção 466/2008
Gerente - GEFAD	Augusto Pimenta Frazão	20/07/12 à 31/12/12	Portaria 862/2012
Gerente - GELOSE	Genival Batista de Barros	01/01/12 à 31/12/12	Ato de Direção 127/2010
Gerente – U.A. –/Maceió	Sergio Ricardo M. De Albuquerque	01/01/12 à 31/12/12	Ato de Direção 467/2008
Gerente – U.A./P. Dos Índios	Lourival Barbosa de Magalhães	01/01/12 à 31/12/12	Ato de Direção 586/2010
Procuradora Regional	Rochelle Lima Teles	01/01/12 à 31/12/12	Ato de direção 331/2009

1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos

1.2.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab foi concebido a partir de acordo firmado em 2003 com a Agência Brasileira de Cooperação-ABC e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, tendo por objetivo a capacitação da Conab para novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a promover o bem-estar social e o desenvolvimento do País.

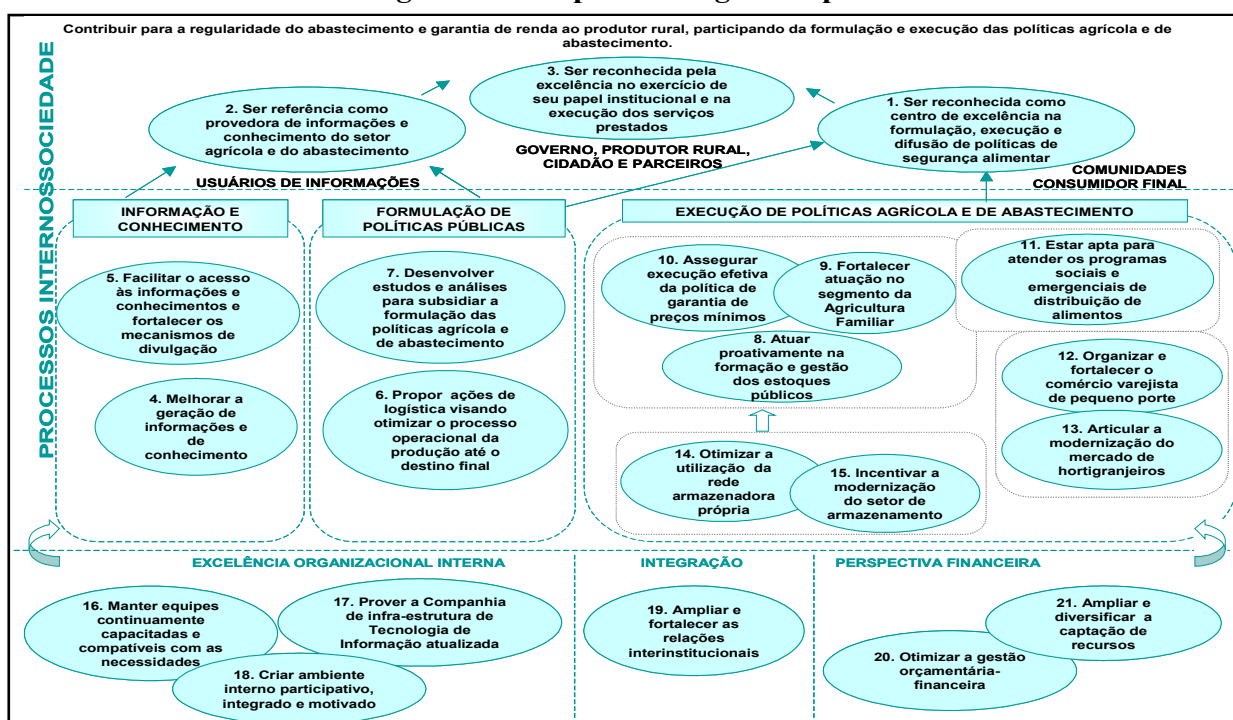
Para o seu desenvolvimento foi utilizada a metodologia de Balanced Scorecard-BSC, de forma compartilhada, ou seja, envolvendo equipes de Líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes de Área e Coordenadores de áreas da Presidência) e Ampliada (10 Superintendentes Regionais e alguns gerentes, assessores e técnicos da Matriz) e Equipes de Desenvolvimento e de Multiplicadores. Entre os produtos gerados, destacam-se o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração da missão, visão e proposta de valor aos diferentes públicos-alvos da Companhia.

O mapa estratégico traduz a missão, a visão e a estratégia da organização, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionam o comportamento e o desempenho institucionais. Os propósitos deste mapa são definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e servidores, de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela organização, assim como a forma pela qual as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e de recursos.

Na Conab, o mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas: excelência organizacional interna, integração, perspectiva financeira, processos internos e sociedade. Essas perspectivas representam um encadeamento lógico da estratégia de atuação da Companhia. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela Conab no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional.

A tradução da estratégia, por meio do mapa abaixo explicitado, criou um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores da organização.

Figura 1.4: Mapa Estratégico corporativo



Fonte: Conab

Aprovado em dezembro de 2004 para um horizonte de cinco anos, os períodos de 2005 a 2006 representaram um esforço para a implementação das estratégias definidas, com a designação de responsáveis por projetos, apuração de indicadores, definição de metas, monitoramento de resultados e alinhamento mediante reuniões de análises estratégicas com a liderança da Companhia. Em face da mudança na alta direção da Conab, ocorrida no 2.º semestre de 2007, foi apresentado pelo Grupo Gestor da Estratégia um balanço das atividades até então realizadas, incluindo o histórico da implantação do Planejamento Estratégico, suas premissas, metodologia, composição do Mapa Corporativo e respectivos objetivos, metas e indicadores de desempenho, assim como as iniciativas estratégicas associadas. A direção abordou a necessidade de se proceder ajustes na condução do processo, desconstituiu os grupos formados para seu desenvolvimento e acompanhamento e designou assessores para a revisão do Planejamento Estratégico.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico e por força do Acórdão da 2.ª Câmara do TCU nº 835/2011, publicado no Diário Oficial em 24 de fevereiro de 2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico em virtude dos riscos de gestão advindos da falta de utilização desse instrumento, foi criado por meio das Portarias PRESI n.ºs 268 e 291, de 28 de março e 5 de abril de 2011, respectivamente, um grupo de trabalho com a finalidade de retomar os trabalhos do Planejamento Estratégico. Após os trabalhos o grupo recomendou:

- a) criar uma unidade orgânica específica para elaboração e execução do Planejamento Estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, sendo o coordenador um empregado do quadro permanente de pessoal;
- b) inserir no regimento interno as ações pertinentes à nova unidade orgânica, fazendo as devidas supressões das competências em outras áreas;
- c) manter a atual ferramenta utilizada para o planejamento estratégico, sem desprezar os trabalhos executados, tempo despendido e o investimento financeiro realizado;
- d) avaliar a necessidade do uso de outras metodologias complementares ao BSC; e
- e) contratar consultoria para auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Por meio da Portaria PRESI n.º 278, de 07 de março de 2012, foi constituído novo grupo de trabalho, objetivando a retomada do Plano Estratégico da Conab. Este grupo, conforme CI PRESI nº097, de 06/03/12, foi encarregado de validar os objetivos estratégicos, os indicadores de avaliação, as metas, e as iniciativas ou projetos que irão permitir o alinhamento da gestão estratégica ao cumprimento da missão institucional da Companhia.

Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo a necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Em relação aos instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM a Conab é responsável pela execução já que a formulação está sob a competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA a qual a Conab esta vinculada e é amparada por normas e legislação que disciplinam a intervenção no mercado agrícola e se aplica subsidiariamente no que couber ao Programa de Aquisição de Alimentos -PAA. A Sureg-AL atua diferentemente e em etapas distintas conforme o instrumento utilizado. Quando se trata de Aquisição via AGF ou Contrato de Opção a Sureg-AL não utiliza desses instrumentos porque

normalmente os preços amparados pela PGPM são quase sempre inferiores ao praticados no mercado local e isto se explica por Alagoas não ser região produtora de grãos suficiente para atender a demanda local e assim dentro desses instrumentos da PGPM a Regional operacionalizar instrumentos que propiciam o abastecimento local tais como PEP, VEP e outras subvenções que visam assegurar principalmente a sustentação de renda. Para pagamento dessas subvenções a Conab através de sua Sureg-AL confere a comprovação do volume de produto a ser paga a subvenção e envia relatório para a Conab Matriz à Gerência de Controle Financeiro e Operações Governamentais – GEFOG que executa o pagamento conforme relatório enviado pela Sureg-AL. Já o instrumento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a Sureg-AL realiza a conferência de toda documentação exigidas pelas normas e legislação que norteia o Programa até o seu pagamento executado pela Gerência Financeira e Administrativa – GEFAD conforme Guia de Pagamento contendo as instruções emitida pela Gerência de Operações e Suporte Estratégico – GEOSE.

Devido a forte estiagem na região e sobretudo na região Nordeste tornou-se evidente a importância desse macroprocesso para criadores e produtores rurais, além de garantia de empregos na região.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9b925ccef30179a929a8e60c1ca468a..pdf>

Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

A Sureg-AL assim como as demais regionais participa neste macroprocesso subsidiando as demais áreas da Matriz, envolvidas na definição da intervenção e na forma como se dará o processo, de informações sobre a conjuntura do mercado e de safra, bem como demandas setor agrícola local, realizando o faturamento, relatório para pagamento após verificada a documentação comprobatória da operação e avaliações da efetividade junto com demais áreas da matriz.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3cc58c3d7116d2eab5cc03f3a268e08b..pdf>

Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Em Alagoas diversas tentativas com intuito de organizar o pequeno comércio foi realizado, porém não conseguimos formar centrais de negócio, principalmente devido a falta de técnicos em nossa regional com conhecimentos em comércio varejista e atacadista para fazer funcionar esse

processo. Em 2012 não houve ações no Estado contemplando este macroprocesso.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/61e2ac3b4647a5238a4e45258d6a2d4f.pdf>

Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, e merenda escolar, dentre outros.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/911fb5bec2ab890e01ef8e89fc71e280.pdf>

Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/9019b7528a181936db7e88696e7ddedf.pdf>

Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGF's e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Público-alvo: Governo Federal que visa Garantia do abastecimento e formação de Estoques Estratégicos visando segurança alimentar, produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores contemplados quer seja na formação

desses estoques quer seja na liberação dos estoques através de regras e normas.

Família de Produtos e Serviços: Avaliação dos estoques, Operações Fitossanitárias, Classificação vegetal, serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc), Controle de qualidade, emissão de títulos como Conhecimento de Depósito e Warrant.

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/5cdbedf2a41f1f6ffbd0cea69f1d0f0f.pdf>

Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

Público-alvo: governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

Família de Produtos e Serviços: estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística. Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geoespacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

Para visualizar o macroprocesso, acesse o link:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/76e2b5416fca06120e5a75ec9a4558b0.pdf>

Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem

e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

A Sureg-AL através das suas Unidades gestoras, no computo das diversas ações realizadas em 2012, pode-se afirmar que os resultados alcançados foram bastante satisfatórios, considerando todo o contexto das demandas apresentadas, seja, de ordem administrativa ou operacional. Em relação às demandas operacionais, a Gerência de Operações e Suporte Estratégico teve papel relevante na execução das políticas públicas de abastecimento em curso, considerando o comportamento do mercado agrícola local, que tem como base econômica o agronegócio sucroenergético, sendo o estado de Alagoas, no Nordeste, o maior produtor de cana-de-açúcar. A Conab através da sua Superintendência faz o acompanhamento deste importante segmento econômico, acompanhando a evolução da cultura da cana-de-açúcar desde o seu plantio até a sua produção, obtendo-se dessa forma, através de levantamentos de safras programáticas, sendo em 03 etapas anuais, dados estes que são repassados para consolidação na Conab/Matriz (SUINF). Ainda sobre a temática em questão, inclui-se também, o levantamento e acompanhamento da safra de grãos no Estado que, apesar de não ter um peso significativo em relação à produção nacional, os números levantados são importantes para mensurar o volume produzido e seus reflexos na economia local.

Neste contexto, no computo das relevantes ações desenvolvidas pela Sureg-AL, destacam-se o apoio à agricultura familiar através dos seus Instrumentos de compra: CDAF – Compra direta da agricultura familiar, para formação de estoques, Compra da agricultura familiar com doação simultânea e formação de estoque todos instrumentos amparados pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e dentro da Política de Garantia de Preços mínimos -PGPM o estado de Alagoas por não apresentar grande oferta dos produtos amparados pela PGPM não realiza aquisições diretas junto aos produtores, porém por ser um Estado com consumo e conforme direcionamento da política de abastecimento operacionaliza pagamento de subvenções dentro da política de garantia de preços mínimos como pagamento de Prêmio de Escoamento da Produção – PEP e Venda de Escoamento da Produção – VEP diferenciando entre si pela natureza da propriedade do estoque onde o primeiro são estoques do setor privado e no segundo são estoques públicos, além de outras subvenções pagas por força de edição de lei para pagamento de ano safra específico como o caso de pagamento de subvenção de cana-de-açúcar paga aos fornecedores desta matéria-prima.

Comportamento do mercado agrícola

O comportamento do mercado agrícola local, que tem como base econômica o agronegócio sucroenergético, sendo o estado de Alagoas, no Nordeste, o maior produtor de cana-de-açúcar, em 2012, o resultado da safra colhida em termos de produção não tem sido positivo, ou seja, quando comparado com a safra de 2011 observa-se uma redução significativa na ordem de 14,74%, representando 4.082 mil toneladas a menos. O principal fator gerador deste impacto tem sido a seca, que foi bastante acentuada durante o ano de 2012, mesmo que a predominância das áreas cultivadas com cana-de-açúcar seja na região litorânea e da mata, onde o sistema de chuvas tem uma maior concentração e regularidade, observou-se índices pluviométricos abaixo do esperado, impactando fortemente na produtividade e consequentemente na produção, o que certamente produzirá reflexos na economia local.

Apesar da queda na produção, os preços da tonelada de cana bruta se mantiveram dentro de um patamar aceitável, sem altas significativas, isto deve-se aos bons resultados da safra do centro sul do país que tem grande peso no computo da produção nacional.

Devido à estiagem que não ocorria há cerca de 40 anos o cenário é de escassez na produção dos principais produtos agrícolas cultivados no Estado refletindo em aumento generalizado de preços no mercado local. Sendo a única exceção a produção de arroz que é irrigado e assim tem tido pouca influência na safra.

Estratégia de atuação da empresa

A Sureg-AL no conjunto das inúmeras ações realizadas em 2012, obteve resultados bastantes satisfatórios, tanto de ordem administrativa como operacional. Em relação às demandas operacionais, a Gerência de Operações e Suporte Estratégico teve papel importante na execução das políticas públicas de abastecimento, em curso, tais como: o acompanhamento de safras de grãos e de cana-de-açúcar através de levantamentos sistemáticos, em etapas distintas durante o ano, conforme o calendário agrícola de cada cultura; no caso da cana-de-açúcar, são levantados os dados em 03 etapas; para os grãos, os dados de acompanhamento se dar em meados de abril e finaliza em agosto do ano em curso com a colheita. O resumo dos dados levantados e apurados são repassados para consolidação na Conab/Matriz (SUINF).

Cita-se também, o amplo apoio a agricultura familiar no estado de Alagoas, que através dos seus Instrumentos de compra da agricultura familiar – Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoque, que vem crescendo anualmente de forma ascendente, numa variação 31%, onde são adquiridos um grande número de produtos de agricultores familiares através das diversas Associações e Cooperativas, produtos estes, que são repassados simultaneamente para Instituições de cunho filantrópico onde serão distribuídos para as populações em risco nutricional. Quanto ao Instrumento Compra Direta da Agricultura Familiar, em 2012, não aconteceu nenhuma aquisição em função da quebra de safra de grãos decorrente da seca.

Dentre da estratégia de atuação da Sureg, em 2012, observou-se um grande alavancada no programa Venda Balcão, que tem como propósito maior o fornecimento de milho em grãos para os pequenos criadores do Estado. Este crescimento foi motivado, principalmente, pelo apoio do governo federal em conjunto com o governo do estado no sentido de minimizar os efeitos da seca que vem afetando todo o Nordeste. Neste contexto, a Superintendência Regional de Alagoas e suas Unidades Armazenadoras localizadas em Maceió e no município de Palmeira dos Índios, tem tido um papel fundamental na execução destas políticas públicas de abastecimento, disponibilizando milho em grãos a preços subsidiados (R\$ 18,12 saco/60 kg limite até 3.000 kg / R\$ 21,00 saco/60 kg limite de 3.001 a 7.000 kg / e R\$ 24,60 saco de 60/kg limite de 7.001 a 14.000 kg) em conformidade com a Portaria Interministerial nº 470, de 24/05/2012, atendendo a um número aproximado de cerca de 5.000 criadores cadastrados no Programa. Assim, o resultado até então visto, denota a magnitude desta ação que, tem contribuindo de forma eloquente para frear a mortandade dos rebanhos do estado de Alagoas.

Contratação de bens e serviços

A contratação de bens e serviços quando solicitados pela área demandante do bem ou serviço são realizadas dentro do que preconiza a lei 8.666/93 e demais legislação que norteia as contratações no âmbito da administração pública onde toda contratação após ser submetida pela Comissão Permanente de Licitação – CPL da regional é submetida a parecer da procuradoria jurídica da regional que emite parecer sobre a forma de contratação, bem como avalia todo contrato a ser celebrado. Os contratos mais importantes celebrados atualmente são os de vigilância patrimonial, limpeza e conservação, fornecimento de material de expediente, manutenção de ar condicionados, serviços de postagem, serviços de telefonia, serviços de fornecimento de água e esgoto, além daqueles que há dificuldades em encontrar empresas para contratação e que são de extrema importância para regional desenvolver suas ações no Estado como a contratação de serviços de braçagem que atualmente encontra-se em trâmite a contratação com o sindicato de braçagista do Estado de Alagoas. Os contratos possuem gestor responsável para fiscalizar seu cumprimento e são cadastrados em um programa corporativo que visa uma melhor gestão dos contratos não só no âmbito da regional como da companhia.

Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

Um dos grandes entraves a gestão é a renovação do quadro de pessoal que não vem sendo

realizadas de forma satisfatória, pois até 2005 a Conab não havia realizado concurso público para contratação de novos servidores e assim apresenta dificuldades principalmente no que diz respeito a adequação a competência exigida para desempenhar determinadas funções e com isto é crescente o número de ações trabalhista relacionados a desvio de funções e assim gerando entraves na realização de tarefas. Hoje cerca de 80% do quadro estão aposentados ou aptos a se aposentar, mas devido a perdas salariais decorrentes do desligamento, após aposentadoria os funcionários permanecem na Conab, pois além das perdas salariais há perdas de alguns benefícios como plano de saúde entre outros. A previsão para os dois próximos exercício é que a empresa consiga implantar um plano de incentivo a aposentadoria, realizar contratação via concurso público e ampliar, modernizar e reestruturar sua rede armazenadora.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

A Sureg-AL é uma Regional nova, criada a 4 anos, dentro de um proposito de consolidação, tem executado de forma exitosa as suas competências, exercendo o seu papel frente as políticas públicas de abastecimento. Dentre essas competências, a formação de estoques públicos para regular o abastecimento interno, tem sido uma ferramenta importante para o equilíbrio da oferta de produtos, evitando-se as possíveis sazonalidades do mercado, implementando mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento, formação e manutenção dos estoques públicos.

Dentre as estratégias de abastecimento adotadas pela SUREG-AL, a aquisição de produtos agrícolas diretamente do produtor com o objetivo de garantir-lhes melhores condições de comercialização a preços ao nível de mercado, tem sido o referencial e garantia da presença do governo Federal no apoio indefectível na comercialização dos seus produtos, como também a venda de estoques públicos por meio de leilões para dar equilíbrio nos preços, o “Programa de Venda Balcão” para garantir que os criadores e agroindústrias de pequeno porte tenham acesso aos estoque oficiais, no caso de Alagoas, milho, distribuição de cestas de alimentos às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar. Neste contexto, tem destaque o apoio à agricultura familiar através de Programas de Aquisição de Alimentos que possibilitam a compra de inúmeros produtos, “in natura ou processados,”ao mesmo tempo distribuídos às populações em risco de segurança alimentar e nutricional.

Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização

Em relação a demanda por serviços de armazenagem, até o momento, não houve nenhuma manifestação neste sentido. Quanto ao apoio a comercialização, a Conab através da sua Superintendência regional em Alagoas de acordo com as políticas publicas de abastecimento, em curso, tem tido um papel de grande importância na execução destas, a exemplo do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar- PAA, que tem tido ampla aceitação por parte das Associações de agricultores e Cooperativas, estimulando a produção local e tendo a Conab como um canal seguro na comercialização dos seus produtos.

A formação de estoque fruto de aquisição de produtos do PAA, relativo ao Instrumento de Compra Direta, dar-se a partir de um momento que exista a necessidade de intervenção da Conab para estabelecer um certo equilíbrio de preços de produtos agrícolas em “plena safra”, caracterizando certo excedente, fazendo com que o preço do produto esteja num patamar abaixo da realidade de mercado, causando prejuízos ao produtor.

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

O estado de Alagoas, tradicionalmente, é um importador de produtos agrícolas, salvo, produtos oriundos da cana-de-açúcar, por ser a cultura de maior predominância sendo a base da economia do Estado. Em relação aos produtos amparados pela política de preços mínimos do Governo, no caso dos grãos, conforme acompanhamento dos preços levantado pela Sureg-AL, não ocorreu alterações significativas que configurasse índices de preços abaixo do “Preço Mínimo”.

O estado de Alagoas é importador de maior parte dos produtos agrícolas que consome, principalmente grãos, como: feijão, milho e feijão, além de produtos hortigranjeiros. Em 2012, o comportamento dos preços foi de alta, agravado pela forte seca que reduziu drasticamente a produção dos principais Estados produtores de grãos do Nordeste, conseqüentemente, os reflexos com a baixa oferta de produtos tem o seu reflexo nos preços.

A intervenção do Governo na comercialização de produtos de origem agropecuária, mediante a compra, a venda, a importação, a exportação e o financiamento à comercialização e a estocagem, rege-se pela legislação e normas da Política de Garantia de Preço Mínimo, pelas Leis n.º 8.171, de 17.01.91, e 8.174, de 30.01.91, pelo art. 36 da Lei n.º 8.177, de 01.03.91, pelos dispositivos legais que regem o comércio exterior e pelas regras previstas na portaria interministerial n.º 182 de 25 de agosto de 1994.

3.1.1 Subvenções do Governo Federal

a) Subvenção econômica paga aos fornecedores de cana-de-açúcar.

Subvenção econômica concedida aos produtores rurais independentes de cana-de-açúcar para a safra 2010/2011, cultivada nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e no Estado do Rio de Janeiro (RJ), conforme o disposto no artigo 6º, da Lei n.º 12.666, de 14 de junho de 2012 e Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 777, de 21 de agosto de 2012.

Foram beneficiados nesta operação, no estado de Alagoas, 5.898 fornecedores de cana-de-açúcar, totalizando R\$ 34.256.641,15 correspondente a 6.851.328,23 toneladas de cana-de-açúcar.

Quadro 3.1: Pagamento de subvenção de cana-de-açúcar referente a safra 2010/2011

UF	N.º Beneficiários	Quant (ton)	Valor (R\$)
AL	5.898	6851328,2	34.256.641,15
BA	259	576765,1	2.883.825,29
ES	1.400	1123981,2	5.619.906,06
MA	11	40.161,0	200.804,75
MG	122	479.927,7	2.399.638,47
PB	1.206	1.223.170,3	6.115.851,63
PE	6.419	3.324.376,8	16.621.883,75
PI	9	53.547,0	267.734,90
RJ	2.625	931.979,4	4.659.897,06
RN	121	242.914,7	1.214.573,66
Total	18.070	14.848.151,3	74.240.756,72

Fonte: Geple

3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

O risco, seja climático ou de preço, é uma característica inerente à agricultura, que justifica, por si só, a atuação do governo nos mercados agrícolas por meio de políticas públicas, em especial a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Programa de Aquisição de Alimentos PAA dentro do contexto do Programa Fome Zero. Nesse sentido, a análise da estratégia e a atuação governamental diante da conjuntura dos mercados agrícolas, tomando como exemplo algumas culturas onde o país produz mais que suficiente para atender seu consumo, bem como aquelas em que tradicionalmente sua produção não atende o consumo interno pode-se concluir que a intervenção governamental tem um papel regulador e estratégico. Para tanto, basta analisar os resultados das operações de apoio executadas pela Conab, considerando os aspectos mercadológicos que influenciaram a ação do governo no mercado das principais culturas seja ela uma commodity agrícola ou não. De maneira geral, a PGPM tem cumprido seu papel. Embora não se possa afirmar categoricamente que os instrumentos de apoio foram eficazes, pode-se dizer que contribuíram com a sustentação dos preços durante períodos críticos para agricultura tanto em função da escassez como de superprodução. Quanto ao abastecimento do mercado doméstico, a política também foi importante, permitindo o escoamento da produção para regiões com déficit de matéria-prima e garantindo a oferta em momentos de escassez. Em especial no Estado de Alagoas onde há pouca diversidade de produtos agrícolas com consumo que não é atendido pela produção agrícola local, com raríssimas exceções, fazendo com que o Estado assim como vários outros estados do Nordeste brasileiro seja altamente dependente dos instrumentos de intervenção governamental na Agricultura.

3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Aquisição direta com pagamento à vista, quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo fixado para a safra vigente, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

a) Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

Quadro 3.2: Aquisição de produtos através da AGF

UF	Produtos Agrícolas			Sacaria	
	Produto	Quant (ton)	Valor (R\$)	Quant (unid)	Valor (R\$)
AC	-	-	-	30.000	30.135,00
AL	-	-	-	429.913	458.594,94
BA	-	-	-	983.000	1.000.045,20
CE	-	-	-	2.288.500	2.201.777,30
DF	-	-	-	120.000	126.816,00
ES	-	-	-	450.000	429.669,00
GO	-	-	-	130.000	128.692,00
MA	-	-	-	225.000	237.780,00
MG	-	-	-	254.500	255.398,90
MT	-	-	-	590.000	528.651,00
PA	-	-	-	30.000	31.704,00
PB	-	-	-	1.021.000	1.072.133,40
PE	-	-	-	566.173	595.401,31
PI	-	-	-	722.000	702.811,30
PR	Trigo	45.576.590	21.508.739,40	-	-
RN	-	-	-	1.665.000	1.684.203,90
RO	-	-	-	55.000	58.124,00
RR	-	-	-	250.000	207.775,00
RS	Trigo	250.919.478	119.687.330,34	2.321.610	1.940.027,50
SC	-	-	-	49.838	61.930,13
SE	Arroz	30.000	15.088,50	150.500	153.006,50
TO	-	-	-	30.000	29.145,00
Total Geral		296.526.068	141.211.158,24	12.362.034	11.933.821,38

Fonte: Dirab/Suoape

Vale ressaltar que volume de produtos oriundos de operações via Aquisição do Governo Federal – AGF não foram realizadas, no estado de Alagoas e sim redistribuídas para o Estado de Alagoas visando subsidiar outras operações como a Compra Direta da Agricultura Familiar – CDFAF, Programa Venda Balcão e outros onde a sacaria é usada para ensacar o produto que poderá ser adquirido ou comercializado dentro desses programas de abastecimento social.

3.2.2. Contratos de Opção de venda

Aquisição seletiva onde o governo escolhe a região e o produto, beneficiando produtores rurais e cooperativas cadastrados em uma Bolsa credenciada, dando-lhe o direito de vender seu produto numa data futura, a um preço previamente fixado.

O estado de Alagoas não executou essa operação no exercício de 2012 pela Superintendência Regional de Alagoas desta forma não havendo conteúdo a ser declarado alusivo a essa modalidade.

3.2.3. Prêmio para o escoamento de Produto – PEP (compra)

Prêmio concedido através de leilões àqueles que se disponham a adquirir o produto indicado pelo governo diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida.

O estado de Alagoas não executou essa operação no exercício de 2012 pela Superintendência Regional de Alagoas desta forma não havendo conteúdo a ser declarado alusivo a essa modalidade.

3.2.4. Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se dispõe a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo governo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Desobriga o governo de adquirir o produto, viabilizando seu escoamento para as regiões consumidoras.

O estado de Alagoas não executou essa operação no exercício de 2012 pela

Superintendência Regional de Alagoas desta forma não havendo conteúdo a ser declarado alusivo a essa modalidade.

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional, análise esta feita pela Superintendência de Gestão da Oferta – Sugof que é subordinada a Diretoria de Política Agrícola e Informações - DIPAI, na Matriz. Tais análises constam do Relatório de Gestão da Matriz.

Resultado financeiro geral

Encontra-se no final do capítulo 4, consolidando as informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

3.2.5. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricionais do país.

Para a operacionalização do PAA, a Conab celebra Termos de Cooperação com o MDA e o MDS, com descentralizações de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Ações: Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar) e 1049-Acesso à Alimentação (Ações: Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar e Ação e Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar).

O Programa é coordenado pelo Grupo Gestor do PAA com representantes Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Desenvolvimento Agrário – MDA, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, da Fazenda – MF e da Educação - MEC, e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para consumo humano.
- Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque: tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da

aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab. Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação:

Quadro 3.3: Dez maiores operações por meio da CPR-Doação (MDS)

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	AL	Diversos	344	470.962,70
MDS	AL	Diversos	133	323.903,45
MDS	AL	Diversos	179	314.876,38
MDS	AL	Batata doce, Inhame, L. Lima e Banana da Terra	280	292.470,41
MDS	AL	Doce de leite, galinha caipira, bolo de milho e bolo de puba	28	225.462,00
MDS	AL	Diversos	128	220.799,70
MDS	AL	L. Lima e polpas de frutas	153	206.957,64
MDS	AL	Peixe tilápia, banana prata, cará, macaxeira, milho verde	149	202.468,85
MDS	AL	Diversos	75	199.027,83
MDS	AL	L. Lima e banana da terra	213	197.984,60
Total			1.680	2.654.913,56

Fonte: Dipai/Supaf

O somatório das dez maiores operações com CPR-Doação, em 2012, conforme mostra o quadro acima com investimentos de R\$ 2.654.913,56 (dois milhões seiscentos e cinquenta e quatro mil novecentos e treze reais e cinquenta e seis centavos), demonstra o nível de confiança e aceitação por parte das Instituições de agricultores familiares em relação esta modalidade de Compra, que tem assegurado a comercialização dos produtos ofertados a preços compatíveis com o mercado gerando renda para o pequeno produtor, ao mesmo tempo disponibilizando alimentos de boa qualidade para a população de baixa renda, através das diversas doações feitas pelas Instituições beneficiárias consumidoras participantes dos projetos.

O total deste instrumento de operações, em 2012, chegou a R\$ 9.390.689,88 (nove milhões, trezentos e noventa mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos) com aquisição de total em 8.001.042,76 de quilogramas de diversos produtos para doação beneficiando 2.095 produtores rurais de 20 municípios de Alagoas.

Quadro 3.4: Dez maiores operações na CPR-Estoque (MDS e MDA)

Origem do Recurso	UF	Produto	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
MDS	AL	Açúcar	440	722.003,44
MDA	AL	Farinha de mandioca	422	599.382,00
MDA	AL	Açúcar	346	566.813,52
MDS	AL	Açúcar	332	544.320,92
MDS	AL	Açúcar	292	479.691,80
MDA	AL	Açúcar	278	455.182,00
MDA	AL	Açúcar	263	431.857,92
MDA	AL	Açúcar	254	416.666,60
MDA	AL	Suco de L. Lima c/limão	96	336.000,00
MDA	AL	Açúcar	200	328.391,96
Total			2.923	4.880.310,16

Fonte: Dipai/Supaf

A CPR-Estoque é um instrumento que não implica necessariamente aquisição de produtos uma vez que a sua liquidação pode ser física com fornecimento de produtos a Conab ou com liquidação financeira com devolução de recursos acrescentado de encargos máximo de 3%, onde as CPR's com recursos oriundos do MDA não prevê doação e tem que ser revertida em dinheiro com prestação de contas aos respectivos ministérios.

Resultado financeiro geral

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA movimentou, em Alagoas, recursos financeiros oriundos do MDS e MDA da ordem de R\$ 16.188.476,54 (dezesseis milhões, cento e oitenta e oito mil reais, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), envolvendo nestas operações 3.600 produtores rurais correspondente a 12.093.780 Kg de alimentos onde os produtos envolvendo recursos do MDS foram e são colocados em doação dentro do contexto do Programa Fome Zero.

Quadro 3.5 – Quantidades e recursos dispendidos por instrumento

Recursos	UF	Instrumento	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (Kg)	Valor (R\$)
MDS	AL	CPR-Doação	DIVERSOS	2.095	8.001.043	9.390.689,88
MDS	AL	CPR-Estoque	DIVERSOS	508	1.701.188	2.789.948,30
MDA	AL	CPR-Estoque	DIVERSOS	997	2.391.549	4.007.838,36
Total		-	-	3.600	12.093.780	16.188.476,54

Fonte: Dipai/Supaf

3.3. Principais indicadores de desempenho

Quadro 3.6: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA

Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	35,42%	29,00%	22,00%
Análise do Resultado: Desde 2010 o programa vem buscando incentivar a participação das mulheres no projetos priorizando em sua análise além dos aspectos de viabilidade técnica, econômica e social, bem como outras minorias. E com isto verifica-se o aumento gradativo da participação das mulheres.			

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

As ações desenvolvidas pela Conab visando a regularização do abastecimento interno incluem a venda de estoques governamentais, por meio de leilões públicos ou em balcão, a compradores de pequeno porte e a concessão de subvenção, como estímulo ao escoamento de produtos de zonas produtoras para áreas desabastecidas, assim como a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As vendas em leilões públicos, com ou sem subvenção, são realizadas a partir de análises de mercado desenvolvidas pela Superintendência de Gestão da Oferta-Sugof, quando são identificadas as áreas desabastecidas, as variações danosas nos níveis de preços e os produtos que necessitam de intervenções. As vendas também podem ser realizadas para a redução de custos de manutenção de pontas de estoques, obedecidas as quantidades especificadas no Manual de Operações da Conab-MOC (embalagens até 10.000 unidades; arroz e milho até 100 toneladas; farinha e fécula de mandioca, feijão, juta/malva, mamona, rami, raspa de mandioca, sisal, soja trigo e sorgo até 60 toneladas; algodão, cera e pó cerífero de carnaúba até 2 toneladas), e pela necessidade de retirada de produtos de unidades armazenadoras onde ocorreram perdas e/ou desvios de produtos em conformidade com edital/aviso que disciplinam as regras para participação no leilão e em cumprimento às determinações contidas em portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento seguindo a legislação e normas que regulam eventuais intervenção no mercado agrícola..

Em 2012 não houve nenhuma intervenção no mercado em relação aos produtos agrícolas, produzidos no estado de Alagoas, ligados a compra de produtos para formação de estoques públicos, uma vez que a produção de grãos tem sido relativamente baixa decorrente das perdas de safras em função da falta de chuvas na época do plantio, refletindo sistematicamente na produção, fazendo com que o estado seja importador de grãos de outros estados produtores para suprir a demanda interna. Desta forma houve intervenções ligadas a vendas visando regular o abastecimento.

Em 2012, em Alagoas, não houve concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, porém houve vendas de estoques públicos visando o abastecimento devido a estiagem e com venda apenas de milho oriundos dos estoques públicos que é um dos principais insumos na alimentação de animais de diversas atividades pecuárias. Devido a estiagem na região nordeste, a maior dos últimos 50 anos, foram intensificadas as ações de vendas de estoques público através do Programa Venda Balcão visando a manutenção das atividades pecuárias na região

4.1.1 Critérios adotados para definição das intervenções no mercado e escolha do Instrumento utilizado.

A concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, é feita por meio de leilões públicos e por intermédio dos instrumentos de apoio à comercialização, quais sejam: o Prêmio de Escoamento de Produto-PEP e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, operacionalizados pela Conab em cumprimento às determinações contidas em Avisos/Editais e portarias interministeriais assinadas pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento seguindo a legislação e normas da Política de Garantia de Preço Mínimo, pelas Leis nº 8.171, de 17.01.91, e 8.174, de 30.01.91, pelo art. 36 da Lei nº 8.177, de 01.03.91, pelos dispositivos legais que regem o comércio exterior e pelas regras previstas na portaria interministerial nº 182 de 25 de agosto de 1994.

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

As operações (com ou sem subvenção) obedecem ao Regulamento para Operacionalização da Venda de Produtos Agropecuários dos Estoques Públicos nº 004/04, publicado no Diário Oficial

da União na sua edição de 30/12/2004 e aos Avisos específicos, divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e disponíveis para consulta na Internet (www.Conab.gov.br).

Os pagamentos alusivos a venda de estoques público o subvenção para escoamento da produção são realizados pela sede da conab em Brasília onde no destino tem que haver a comprovação se está conforme preconizado no Aviso/Edital e é verificado pela superintendência da Conab que atua no Estado de destino que processa toda documentação do arrematante e autorizando mediante emissão de relatório autorização para pagamento do prêmio de escoamento ou sim. E em 2012 houve venda direta de estoque público com finalidade apenas de renovação com destino para Alagoas, pois era produto próximo ao vencimento e os demais que envolvia pagamento de subvenção foram referentes a estoques públicos de milho visando o abastecimento da região visado o segmento da avicultura, bovinocultura, caprino/ovinocultura e outros não menos relevantes da pecuária do nordeste brasileiro.

4.2.1. Venda em Leilão Público

Quadro 4.1: Operações de Vendas em Leilão Público

ORDEM	CNPJ/CPF	ARREMATANTE	PRODUTO	QTDE NEGOCIADA(t)	TOTAL DA OPERAÇÃO (RS)
1º	05242978000183	JAM DISTRIBUIDORA LTDA.	FEIJÃO	261	136.269,00
TOTAL GERAL				261	136.269,00

Fonte: Dirab/Suope

Conforme demonstra o quadro acima, em 2012, apenas ocorreu 01(uma) operação de vendas em Leilão Público, sendo negociadas 261 toneladas de feijão ao custo de R\$ 136.269,00(centro e trinta e seis mil e duzentos e sessenta e nove reais) e sem objetivo de intervenção sendo produtos que necessitam ser comercializados devido a sua validade e assim sem pagamento de subvenção econômica.

4.2.2. Venda em Balcão

No início da década de 1990, com a promulgação da Lei de Política Agrícola (Lei n.º 8.171, de 17/01/91), o Governo Federal apresentou de forma clara sua preocupação com o desenvolvimento do setor agrícola, notadamente quanto ao abastecimento alimentar, visando garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico.

Como objetivos principais para alcançar tais pressupostos, o Art. 3.º daquela Lei destaca, dentre outros, os seguintes: “III – eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura”; e, “X – prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família”.

Uma das principais ações que foram adotadas para possibilitar o alcance de tais objetivos, e que estão ligadas diretamente ao Programa Vendas em Balcão, foi a “especial, exclusiva e excepcional” permissão para a comercialização de forma direta dos estoques públicos e que estão sob a gestão administrativa do Governo Federal, a um público específico e com um perfil predefinido. Tal permissão pode ser vislumbrada no Art. 19 do instrumento regulador da mencionada Lei Agrícola, que é a Portaria Interministerial n.º 182, de 25/08/1994, que assim descreve: “Excepcionalmente”, quando as condições de mercado estiverem inviabilizando o acesso do comprador de pequeno porte a produto que esteja disponível nos estoques públicos, poderão ser feitas vendas diretas “de balcão (...), respeitados os princípios desta portaria”.

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de produtos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados

por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias.

Para contrapor essa situação, foram formuladas as operações de vendas em balcão, com o propósito de permitir o escoamento pulverizado de parcela dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado.

Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Também se beneficiam deste Programa as entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor.

Para que os produtos ofertados sejam acessados por um número maior de clientes, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e região, sendo:

- milho em grãos – 14 toneladas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e 27 toneladas nas regiões Sul e Sudeste;
- arroz em casca – 100 toneladas;
- trigo em grãos – 50 toneladas;
- castanha de caju – 10 toneladas (embalagem 1.000 unidades);

Os preços de venda dos produtos são compatíveis com o mercado, em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, sendo observado:

- não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto realizado pela Conab no estado onde for realizada a venda em balcão;
- o preço é mantido até a ocorrência de novo leilão e, no máximo, por 30 dias corridos; no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 dias corridos, o preço praticado não pode ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
- no cálculo do preço de venda, podem ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
- não ocorrendo leilão, nem havendo divulgação de preços na “Tabela de Acompanhamento Semanal”, são adotados os valores constantes na “Tabela Referencial dos Preços VEP/PEP/PEPRO”;
- quando nenhuma das condições anteriores forem aplicáveis neste tipo de operação, é adotada a “Tabela Referencial de Composição do Preço do Milho Importado”;
- o produto é entregue ao comprador no armazém onde está depositado, correndo por conta do mesmo as despesas com o transporte. Nos armazéns próprios, as despesas adicionais, inclusive serviços de braçagem, são de responsabilidade da Conab.

Os preços de venda, a área de abrangência, a clientela e demais procedimentos operacionais e financeiros do Programa estão definidos no Título 22 – Programa de Abastecimento Social/Venda

em Balcão do Manual de Operações da Conab-MOC.

Desta forma o Programa permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Quadro 4.2 : Demonstrativo de Vendas em Balcão

UF	Quantidade Vendida	Receita de Venda	Nº de Atendimentos
	(Em t)	(Em R\$)	
FARELO			
TO	352	105.552,00	193
Subtotal	352	105.552,00	193
MILHO			
AC	786	440.926,06	322
AL	7.581	2.795.811,86	3.752
AM	4.099	2.033.366,24	465
BA/SE	25.759	8.585.062,18	19.473
CE	81.100	30.031.015,14	65.705
ES	11.033	4.243.547,97	5.780
GO/DF	13.846	5.340.470,06	1.479
MA	6.854	2.721.839,74	2.232
MG	12.834	5.733.787,85	5.794
PA	1.787	834.800,01	93
PB	36.550	13.937.112,10	18.090
PE	16.590	5.497.189,16	25.384
PI	35.869	13.169.801,07	32.433
PR	4.905	1.720.197,06	220
RN	61.946	23.329.590,73	37.501
RO	3.493	1.561.943,83	834
RR	5.035	3.222.596,52	1.107
RS	155.169	59.217.005,92	21.307
SC	116.158	43.654.532,18	9.282
TO	1.161	614.881,68	798
Subtotal	602.555	228.685.477,36	252.051
Total Geral	602.907	228.791.029,36	252.244

Fonte: SUPAB

Em 2012 fora atendidas 3.752 criadores com expedição de 7.581 toneladas de milho no estado de Alagoas a preços que implicaram em uma receita total para o governo de R\$ 2.795.811,86 que representa conforme análise do quadro acima 1,22% das receitas com o programa em 2012, em âmbito nacional.

Devido a estiagem, no Nordeste Brasileiro, no início do ano de 2012 uma das ações de enfrentamento a seca foi uma redução ainda maior nos preços do milho dentro do contexto do Programa venda Balcão e com uma ampliação da oferta do produto onde a operação iniciou-se, em maio de 2012, com o advento da Portaria Interministerial MAPA/MF/MP nº 470, de 24 de maio de 2012, depois pela Portaria Interministerial nº 601, de 29 de junho de 2012, em seguida pela Portaria Interministerial MAPA/MF/MP nº 1.171 de 26/12/2012.

Esta operação tem exigido um aumento considerável no fluxo de atendimento aos pequenos criadores que tem perdido seus rebanhos devido a estiagem e assim é cada vez mais crescente a demanda para uma estrutura física e de pessoal que devido a limitações orçamentárias e burocráticas não se amplia com a velocidade necessária gerando frustrações ao público que não é atendido em sua totalidade e com periodicidade necessária de fornecimento. Há riscos para os criadores de que só sejam recuperados, após cessados os efeitos da estiagem, com cinco anos gerando prejuízos a toda economia da região nordeste.

Quadro 4.3: Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	CPF	Quantidade negociada (Kg)	Total da Operação(R\$)
1º	JOSE DA ROCHA LINS	MILHO	110.100	49.460,10
2º	OZITA DE SOUZA LEITE	MILHO	96.840	44.737,20
3º	ROOSEVELT FALCÃO CAVALCANTE	MILHO	90.720	40.237,56
4º	ARTUR JOSE MACHADO VASCONCELOS	MILHO	86.880	39.071,40
5º	JOSE ROBERTO FEITOSA	MILHO	86.476	37.827,52
6º	JOÃO PAULO CALHEIROS	MILHO	82.860	34.901,40
7º	ALVARO JOSE M. VASCONCELOS FILHO	MILHO	72.900	33.339,60
8º	DEMETRIO FREIRE BEZERRA	MILHO	67.380	31.081,80
9º	PAULO NEWTON DE P. CAVALCANTE	MILHO	63.600	27.804,00
10º	IVANILDO DA SILVA CAVALCANTE	MILHO	57.240	26.619,84
Total			814.996	365.080,42

Fonte: Dirab/Supab

As operações dos dez maiores acima descrito são o total consolidado durante o exercício de 2012, pois há limites mensal conforme o plantel do criador e que não pode ultrapassar 14.000 Kg/mês conforme normas do Programa.

4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto-VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é pago o prêmio alusivo ao valor da subvenção definida em leilão.

Quadro 4.4: Demonstrativo de Subvenção referente a VEP para Alagoas em 2012

Produto	UF Origem	Quantidade (Kg)		UF Destino	Valor Total do Prêmio (R\$)
		Vendida	Comprovada		
MILHO	GO	7.467.543	6.985.043	AL	1.157.182,93
MILHO	MT	9.375.000	9.375.000	AL	1558437,5
Total		16.842.543	16.360.043		2.715.620,43

Fonte: DIRAB/GEOPE

As operações são pagas pela sede da Conab, em Brasília-DF, onde a Sureg-AL apenas verifica a documentação exigida para comprovação do escoamento podendo haver fiscalização in loco nas propriedades do adquirentes, além da documental para verificar se foram atendidas as regras do edital de venda e após conferência a Sureg-AL envia relatório autorizando o pagamento da subvenção referente a quantidade comprovadamente escoada para região de destino ou seja Alagoas, pois da origem pode ser escoada para vários destinos onde cada superintendência regional é responsável por conferência do produto escoado em sua área jurisdicionada.

Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Quadro 4.5: Dez maiores operações de VEP

Ordem	Arrematante	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1º	LUIZ EDUARDO NUNES DE OLIVEIRA FILHO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4.000	624.500,00
2º	LUNA - L. NUNES AVÍCOLA LTDA.	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	4.000	620.500,00
3º	SABALANGA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.700	430.420,00
4º	MARCOS DA SILVA BARROS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.414	306.019,55
5º	MARCELO ESTELITA BELTRÃO	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.238	263.651,25
6º	SILVIO MENEZES TAVARES	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.151	234.758,89
7º	IVALTO TENORIO DE HOLANDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	980	211.456,64
8º	GRANJA ALMEIDA LTDA	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	1.000	92.200,00
9º	PEDRO DE HOLANDA TENORIO JUNIOR	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	375	77.377,50
10º	FRANKLIN VILELA DE VASCONCELOS	MILHO EM GRÃOS A GRANEL	300	59.508,75
Total			16.158	2.920.392,58

Fonte: Dirab/Suope

Resultado financeiro geral**Quadro 4.6: Demonstrativo Geral das Vendas e Subvenções**

Comercialização	Instrumento	Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$)
Venda	Venda em Leilão Público	Feijão	261	136.269,00
	Venda em Balcão	Milho	7.581	2.795.811,86
Subvenção	VEP	Milho	16.360	2.715.620,43
Total das Vendas e Subvenção			24.202,0	5.647.701,29

Fonte: GEOPE

A produção de milho que é o principal insumo da ração animal, no estado de Alagoas, não atende o consumo demandado pelas principais atividades pecuárias necessitando de importar esse e outros produtos para continuar com a atividade, porém é necessário a subvenção governamental para que não se eleve os custos finais na produção pecuária. Devido a forte seca ocasionada nos Estados do nordeste, desde o ano de 2011 e que já vem se prolongando a tendência é que haja para o próximo exercício um volume ainda maior de subvenção econômica para essa região cujo objetivo é garantir a manutenção da atividade evitando que os planteis sejam dizimados com esse evento climático.

4.3. Principais indicadores de desempenho**Quadro 4.7: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão**

Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão		2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores		32,00%	53,60%	37,60%
1	Análise do Resultado: Conforme o indicador o ano de 2012 apresenta um baixo percentual, embora em termos absolutos o ano de 2012 foram atendidos cerca de 28 vezes mais que 2010 e 19 vezes em relação a 2011, mas devido a estiagem houve uma aumento consideráveis na demanda e a oferta não acompanhou em tempo hábil os criadores cadastrados			

Fonte: GEOPE

Quadro 4.8: Percentual de VEP comprovado

Nome do Indicador: Percentual de VEP comprovado		2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o Percentual de comprovações no destino		97,13%	-	-
2	Análise do Resultado: É esperado que se faça 100% de comprovações em relação a quantidade vendida. A regional passou a partir de 2012 a verificar o percentual de comprovações em relação a quantidade vendida em leilão.			

Fonte: GEOPE

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS.

Não há conteúdo a ser declarado pela Sureg-AL alusivo ao exercício 2012.

5.1. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – Prohort

Visa fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em articulação com os mercados atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, contando com um banco de dados integrado e com ações de modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa.

Não há conteúdo a ser apresentado pela Sureg-AL alusivo ao exercício 2012.

5.2. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

Não há conteúdo a ser apresentado pela Sureg-AL alusivo ao exercício 2012.

6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Não há conteúdo a ser apresentado pela Sureg-AL alusivo ao exercício 2012.

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Quadro 7.1: Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada		
MACEIO	1	2.800			2.800	1.235
PALMEIRA DOS ÍNDIOS	1	3.200			3.200	1.775
Total	2	6.000	0	0	6.000	3.010

Fonte: Sicarm

Em 2012, a média de ocupação das unidades armazenadoras jurisdicionada a Superintendência Regional de Alagoas se manteve num patamar considerado razoável, numa média de 50%. Este índice deve-se ao programa Venda Balcão Especial, com maior fluxo de venda de milho em grãos voltado para suprir a demanda dos criadores atingidos pela seca na região Nordeste.

O estado de Alagoas tradicionalmente não é produtor de grãos e assim depende da produção de Estados produtores e a rede privada de armazéns existente é voltada para atender ao segmento sucroalcooleiro.

A localização das unidades armazenadoras própria, existentes, tem sido estratégica no atendimento aos produtores, principalmente a unidade de Palmeira dos Índios que se localiza na região do agreste alagoano, que juntamente com o sertão e o alto sertão, reúne as principais áreas de produção de grãos e mandioca.

Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

Quadro 7.2: Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

Produto	Tipo 1	Tipo 2	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
FARINHA DE MANDIOCA	1		42.359	92.973,95
ARROZ BENEFICIADO		2	209.360	324.757,41
FEIJAO ANAO CORES		2	120.000	323.172,00
MILHO EM GRÃOS		2	1.873.863	1.514.410,10
Total			2.245.582	2.255.313,46

Fonte: SUOPE/GEFOC

Os estoques públicos armazenados nas Unidades própria são frutos de aquisição de produtos em outras localidades para composição de cestas de alimentos do convênio CONAB/MDS/SESAN, com a distribuição mensal de 11.303 cestas as famílias amparadas/cadastradas (INCRA, TERREIROS, QUILOMBOLAS e FUNAI). Os produtos obedecem controle rigoroso de qualidade, tanto na recepção como na manutenção dos estoques, até a efetiva entrega. Já o milho em grãos não é destinado ao consumo humano e sim ao Programa Venda em Balcão para alimentação animal de pequenos criadores.

Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001.

As 02(duas) unidades armazenadoras própria, em operação no estado, numa análise geral sobre a situação física, tem-se um quadro que requer uma série de investimentos, tanto na estrutura física como em equipamentos. A situação é mais grave na unidade armazenadora de Palmeira dos Índios, que tem estrutura bastante antiga, funcionando de forma precária. Apesar de constar nos dois últimos anos no rol de investimentos previstos para as unidades da Conab em todo o Brasil, ainda não houve qualquer ação concreta para mudar a situação ainda existente.

Considerando a precariedade já apontada nas duas unidades, é “urgente” que se promovam investimentos de maior monta, principalmente em manutenção.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu o certificado de conformidade, pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras (SNCUAs), das instalações de Ponta Grossa e Cambé, no Paraná, e de Brasília/DF. A auditoria foi concluída em novembro e o documento entregue no início deste ano.

Segundo a Instrução Normativa nº 41, que escalonou em etapas os prazos para certificação, as empresas que possuem mais de três unidades armazenadoras e tenham capacidade estática em ambiente natural acima de 20 mil, deveriam certificar pelo menos 15% de sua capacidade até o final de 2012. A Conab conseguiu superar esse número com a certificação das três primeiras unidades, que possuem juntas um total de 509.400 toneladas, ou seja, 22,40% da capacidade estática da Companhia em ambiente natural, que é de 2,27 milhões de toneladas.

Além de cumprir a primeira etapa da instrução normativa, a Conab pretende garantir a certificação em 100% da rede armazenadora própria até 2017.

O processo de recuperação e adequação das unidades armazenadoras é coordenado pela superintendência de armazenagem que já realizou o levantamento das duas unidades, em Alagoas, para que ambas possam ser certificadas. Dentre as principais reformas visando a certificação estão reforma no pátio de manobra, recinto para classificação, instalações sanitárias adequadas, local apropriado para guarda de agrotóxico. O responsável técnico em seus relatórios de supervisão elenca todas as inconformidades constatadas na unidade que por sua vez determina quais obras deverão ser priorizadas. Várias dessas obras só serão orçadas a partir dos projeto básico e será realizado no processo de licitação.

As unidades armazenadoras de Alagoas não foram contempladas em 2012 dentro do plano de investimentos visando a certificação, porém dentro do plano as unidades, localizadas em Alagoas, serão contempladas em 2014 e 2015 conforme discriminado abaixo:

Quadro 7.3: Previsão de obras para 2014 conforme plano de investimentos da Conab

UNIDADE ARMAZENADORA DE MACEIÓ – AL			
Capacidade estática: 2.800	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Cerca e Portão		50.000	O1
Local para guarda de Agrotóxico		35.000	O1
Pavimentação		520.000	O4
Recinto de Análise		45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000	O4
Sinalização de trânsito		3.000	O4
Sistema de combate a incêndio		120.000	O4
TOTAL		818.000	

Fonte: DIRAB/SUARM

Quadro 7.4: Previsão de obras para 2015 conforme plano de investimentos da Conab

UNIDADE ARMAZENADORA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL		
Capacidade estática: 3.200	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Coletora
Obras	Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de Agrotóxico	35.000	O1
Pavimentação	70.000	O3
Recinto de Análise	45.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O3
Sistema de combate a incêndio	95.000	O4
Sistema de movimentação do produto (Transporte/Movimentação)	20.000	O1

Fonte: DIRAB/SUARM

LEGENDA:

O1: Exigência no momento da vistoria

O3: Exigência a partir de dezembro de 2013

O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

Quadro 7.5: Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Unidade Armazenadora	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
UA Maceió	Compra de 1 máquina de costurar sacaria		525,00			525,00
	Serviços de pintura nos muros	460,00				460,00
UA Palmeira dos Índios	Serviços elétricos	3.162,50				3.162,50
	Aquisição de material elétrico	1.991,73				1.991,73
	Aquisição de 1 máquina de costurar sacaria		525,00			525,00
Total		5.614,23	1.050,00	0,00	0,00	6.664,23

Fonte: Siafi

Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador

Esta era uma ação que a conab vinha desenvolvendo há muitotempo em parceria com o Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem – CENTREINAR da Universidade Federal de Viçosa e que foi suspensa devido aos seguintes motivos:

1. Necessidade de Implementação de Novos Controles, tipo FEEDBACK do Participante e REDEFINIÇÃO do PÚBLICO ALVO BENEFICIADO com o treinamento;
2. Regularização da Administrativa do CENTREINAR, Órgão responsável pela execução da Ação, por meio de Convênio CONAB e a Fundação de Apoio a Universidade Federal de Viçosa – FUNARBE;

Portanto está ação depende de regularização do CENTREINAR e de disponibilidade de

recursos orçamentários para celebração de acordo, porém essa ação é coordenada e executada pela sede da Conab, em Brasília-DF, e deverá ser melhor detalhada no relatório de gestão da sede.

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

Em relação as ações de fiscalização de estoques públicos das unidades armazenadoras jurisdicionada, os grupos de fiscais lotados na Sureg/AL, é suficiente para atender a demanda existente, não há necessidade de remanejamento de fiscais de outras regionais ou da matriz.

São três funcionários alocados em atividade de fiscalização quando há necessidade de fiscalizar determinada atividade, pois não há cargo ou função de fiscais no âmbito da companhia e assim são desempenhado por funcionários de atividades com finalidade a ser fiscalizada e que são treinados previamente para realização da atividade a ser fiscalizada.

Quadro 7.6: Quantidade de estoques fiscalizados em Alagoas

Vínculo	Produto	Est Contábil (A)	Est Vistoriado (B)	Produto Abaixo Padrão	Produto Desclassificado	Produto Desviado	Perda em Armazenagem
AGF	MILHO	705.807	705.807	0	0	0	0
Contrato de Opção	MILHO	617.744	617.744	0	0	0	0
Agricultura Familiar	ARROZ BENEFICIADO	363.510	363.510	0	0	0	0
Agricultura Familiar	FARINHA DE MANDIOCA	756.600	756.600	0	0	0	0
Agricultura Familiar	FEIJÃO	51.000	51.000	0	0	0	0
Agricultura Familiar	AÇÚCAR CRISTAL	1.402.001	1.402.001	0	0	0	0
Fome Zero	FARINHA DE MANDIOCA	2.552	2.552	0	0	0	0
Fome Zero	MACARRÃO	16.700	16.700	0	0	0	0
Fome Zero	FLOCOS DE MILHO	16.700	16.700	0	0	0	0
Fome Zero	ÓLEO DE SOJA	33.400	33.400	0	0	0	0
AGF	MILHO	88.460	88.460	0	0	0	0
Contrato de Opção	MILHO	1.323.162	1.323.162	0	0	0	0
Agricultura Familiar	AÇÚCAR	231.838	231.838	0	0	0	0
Agricultura Familiar	ARROZ BENEFICIADO	60.930	60.930	0	0	0	0
Agricultura Familiar	FARINHA DE MANDIOCA	0	0	0	0	0	310
Fome Zero	MACARRÃO	46.978	46.978	0	0	0	0
Fome Zero	FLOCOS DE MILHO	23.490	23.490	0	0	0	0
Fome Zero	FEIJÃO	23.949	23.949	0	0	0	0
Fome Zero	FARINHA DE MANDIOCA	166.467	166.467	0	0	0	0
Fome Zero	ÓLEO DE SOJA	49.530	49.530	0	0	0	0
Terceiro	FARINHA DE MANDIOCA	68.197	68.197	0	0	0	0
	Total	6.049.015	6.049.015	0	0	0	310

Fonte: SUFIS

Em 2012 foram realizadas duas fiscalizações correspondente a duas etapas conforme calendário estabelecido pela superintendência de fiscalização – SUFIS, onde não houve divergência entre o estoque físico e o contábil, porém foram identificados 310 quilogramas de farinha de mandioca que se estragou devido a umidade e que ficou dentro do limite estabelecido para perdas em armazenagem e estava avaliada em R\$ 403,00.

Não há armazéns de terceiros credenciados pela Conab, em Alagoas, para guarda e conservação de estoques públicos, sendo os estoques públicos armazenados em armazéns próprios.

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; Valores gastos com fretes

Quadro 7.7: Demonstrativo das Remoções Contratadas

UF Origem	UF Destino	Produto	Motivo	Quantidade Contratada (ton)	Quantidade Removida (ton)	Valor da operação (Em R\$)
GO	AL	Milho em grãos	Vendas em Balcão	6.788,84	1.745,4	2.068.997,24
MT	AL	Milho em grãos	Vendas em Balcão	11.231,3	5.803,6	4.569.765,86
PR	AL	Arroz	Composição cestas MDS/SESAN	320	320	528.960,00
PR	AL	Feijão	Composição cestas MDS/SESAN	147	147	176.400,00
RS	AL	Arroz	Composição cestas MDS/SESAN	167,49	167,49	260.745,50
RS	AL	Leite	Composição cestas MDS/SESAN	62	62	497.000,00
TO	AL	Arroz	Doação	250	250	274.550,00
Total				18.967	8.495	8.376.418,60

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

O quadro das Remoções Contratadas, acima, apresenta duas situações distintas, a primeira trata -se das remoções de milho em grãos, originário dos estados de Goiás e Mato Grosso, sendo que das 18.020,14 toneladas contratadas, apenas 7.549 toneladas foram efetivamente removidas, equivalente a 42% do total. Quanto a motivo do não atendimento às demandas, teve relação direta as questões de logística, dificuldades de contratação de frete por falta de caminhões disponíveis para transporte do produto para a região Nordeste, em função da preferência para outras localidades decorrente do pico da safra de grãos do centro-sul do Brasil. Esta problemática resultou num grande desdobramento por parte da Conab promovendo uma elevação nos valores dos fretes visando tornar atraente o transporte de milho para suprir o Programa Venda Balcão Especial, atendendo aos municípios atingidos pela seca na área de abrangência da SUDENE.

Quanto as demais remoções com destino a composição de cestas de alimentos do convênio CONAB/MDS/SASAN e doação a Instituições, oriundas do Parana, Rio Grande do Sul e Tocantins, não houve diferença entre o contratado e removido em termos percentuais.

Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

7.4. Principais indicadores de desempenho

Quadro 7.8: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados

Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	0,00%	0,00%	0,00%
Análise do Resultado: Este indicador visa verificar o percentual de alteração de qualidade durante o armazenamento em função das boas práticas de armazenagem			

Fonte: DIRAB/Suarm

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Uma das mais importantes missões para o gerenciamento da Tecnologia da Informação (TI) é proporcionar o alinhamento estratégico entre negócios e tecnologia, tornando esta um instrumento de suporte à execução da estratégia organizacional. É o que preconiza os mais recentes conhecimentos e práticas para a governança corporativa de TI. Para tanto, a definição da estratégia de TI deve compreender não apenas a tecnologia em si, mas também, processos de negócios, estruturas, sistemas de informação e a criação de ambientes integrados que liberem as habilidades humanas.

Dentro do contexto do “Programa de Revitalização da Companhia Nacional de Abastecimento”, atualmente em andamento por meio de acordo de Cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud, merece destaque o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, que teve seu nascimento e existência inscritos no contexto do Planejamento Estratégico da Companhia, cujo objetivo é a modernização da tecnologia da informação (TI) da Conab, por meio de instrumentos de TI para suportar, sobretudo, os processos finalísticos e decisórios, bem como os seus direcionadores estratégicos.

Sendo uma das 17 iniciativas definidas para o Planejamento Estratégico, o PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Dotar a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada” do Mapa Estratégico Corporativo. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos.

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

A gestão da área de TI nas superintendências regionais são orientadas pela superintendência de Tecnologia da Informação – SUTIN onde os técnicos atuam de forma remota nos computadores e programas instalados. Recentemente foi criada uma gratificação de atividade de tecnologia da informação visando incentivar o envolvimento de funcionários com perfil e competência para atuar nessa área, porém a baixa remuneração da gratificação em função dos trabalhos demandados não surtiu o efeito esperado e atualmente a Sureg-AL carece de funcionários para atuar na área de TI e principalmente estamos atrasados em vários processos organizacionais que deveriam ser informatizados para melhorar a eficiência e o controle desses processos. Outro aspecto relevante é o que se refere aos equipamentos de informática onde o número de equipamentos precisa ser ampliado.

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

10. GERAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES

Não houve conteúdo a ser apresentado pela UJ/SUREG-AL referente ao Projeto SIGABRASIL, pois este projeto é gerenciado e conduzidos por áreas da UJ 135100 e será apresentado no relatório de gestão da matriz.

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Alocação de Servidores

Os servidores são alocados conforme competências inerentes ao cargo que ocupam em conformidade com a política do plano de cargos e carreira da companhia. Onde uma tentativa de dar maior mobilidade nas funções desenvolvidas pelo funcionário, sem implicar em desvio de função ocasionando demandas na justiça do trabalho, foi a implantação de um novo plano de cargos, carreiras e salários frente aos novos desafios desde a fusão das empresas Cobal, CFP e Cibrazem, em 1990, passando por uma série de mudanças significativas.

A fim de consolidar as três diferentes culturas advindas, juntamente com os empregados, de cada uma das empresas, a Conab se viu obrigada a estabelecer novas políticas de gestão.

Foi a partir desse novo plano que realizou-se um diagnóstico organizacional, no qual identificou-se que a Conab teria a necessidade de realinhar sua estratégia e adotar uma ferramenta de integração e controle das suas diversas iniciativas. Porém muitas dessas respostas ao qual o novo plano de cargos tinha a pretensão de dá foi frustrada pela dificuldade de substituir os funcionários através de novas contratações, por dificuldades em obter autorização para realização de concurso público. Muitos funcionários tem competência para ser alocados em atividades de complexidade maior que desempenha, porém implicaria em assumir atividades que não compete a natureza do cargo que ocupa e só seria possível esta alocação através de concurso público, pois caso contrário fica configurado desvio de função gerando demandas judiciais e assim o servidores são incentivados sempre verificando, além de sua competência profissional, a natureza e a abrangência das atividades inerentes ao cargo que ocupam. E neste contexto há muitas dificuldades na alocação desses servidores, pois muitos dos cargos que ocupavam há 30 anos atrás não existem ou são dispensáveis no novo cenário onde o novo plano de cargos e salários veio para suprir essa lacuna que havia no antigo plano dando maior mobilidade no espaço ocupacional dentro de um determinado cargo, porém a adesão a este novo plano foi pouca, fazendo com que a empresa tenha dois planos de cargos e assim gerando algumas distorções. Outro aspecto relevante é que a política de gestão de pessoas das superintendências regionais é planejada através das áreas específicas da matriz da Conab, em Brasília-DF, onde nas regionais existem setores que são encarregados de executar e subsidiar essas áreas visando uma melhor gestão dos recursos humanos da Conab observando sempre as especificidade de cada regional em termos de estrutura e atividades.

Outro aspecto importante visando incentivar a redistribuição do pessoal quando algumas vezes implica em mudança de domicilio tem sido pagamento de ajuda de custo e conforme com se dá a transferência, também ao pagamento de adicional de 25 % sobre o salário base durante o período máximo de cinco anos ou enquanto durar esse período garantindo ainda ao final de pelo menos um ano a opção de retornar a origem caso não haja adaptação a nova localidade.

11.2. Comunicação na Instituição

A comunicação de informações importantes para a companhia se dá por meio dos seguintes veículos:

Notícias do Dia – informativo diário com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados. Este informativo é a forma mais rápida de comunicação impressa da Empresa com seus Empregados.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet – este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Internet – veículo de comunicação com a sociedade onde são divulgadas informações de amplo uso social, tais como estimativas de safras, avisos e resultados de leilões, programas desenvolvidos pela Companhia, séries de preços e índices econômicos e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Ainda em processo de experimentação a conab já iniciou o processo de reuniões através de teleconferência onde o Presidente da Conab realiza em tempo real reuniões com os superintendentes nas regionais e que possibilitará diminuição com gastos de locomoção e otimização do tempo.

A criação de sistemas corporativos tem melhorado a comunicação possibilitando ainda os seguintes resultados:

- 1- Redução de custos com ligações;
- 2- Redução com locomoção para transportar documentos, pois há acesso a documentos importantes através do acesso remoto;
- 3- redução de custos com treinamentos, material de divulgação, papéis e outros.

11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

O primeiro passo que a Conab realizou para melhorar o clima organizacional foi de primeiramente conhecer o clima organizacional para então iniciar ações de melhorias, pois percebe-se que há uma relação direta entre o clima do ambiente de trabalho, a produtividade, a capacidade de inovação e, conseqüentemente, a melhoria geral no resultados estratégicos da organização.

A melhoria do clima organizacional é um desafio bastante complexo dado o alto grau de subjetividade envolvido nesse processo. É a avaliação e percepção de cada colaborador que se chega ao resultado do clima organizacional, porém o clima organizacional atualmente precisa ser melhorado e a conab tem realizado pesquisas, que está em fase de conclusão, para verificar as melhorias do seu clima organizacional em realção a pesquisa realizada anteriormente entre julho de 2008 à maio de 2009. Mas há algumas decisões que podem melhorar o clima organizacional como as seguintes ações já implementadas:

- Programa de avaliação de desempenho que incentivará e reconhecerá os funcionários mais produtivos em seus diferentes aspectos e com diagnóstico visando melhorias;
- Estudos de criação de algumas funções exercidas nas regionais e não gratificadas;
- Programa de incentivo a aposentadorias.

Ainda percebe-se que é necessário controlar a distribuição de tarefas e conforme competências inerentes ao cargo ocupado evitando segregação de funções alheias ao cargo ou função e distorções que só serão corrigidas com a criação de um plano de cargos, carreiras e salários unico e que já é objeto de avaliação e estudos, pois o último plano de cargos houve pouca adesão demonstrando assim a necessidade de realinhamento dos planos existentes.

11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

As ações de conhecimento e aprendizagem dos empregados, no âmbito da Conab, é desenvolvida como uma atividade contínua de treinamento, desenvolvimento e educação, visando a melhoria do desempenho funcional, baseado na identificação das competências necessárias à alavancagem dos negócios e do processo de gestão da Companhia.

Nesse sentido, a Conab implantou e vem desenvolvendo seu Plano de Educação Corporativa-PEC, com a finalidade de promover o desenvolvimento das competências humanas, orientadas para os objetivos da Companhia.

A cada dois anos, a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento - LNT, com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes no PEC, bem como identificar as novas demandas de treinamento para o período. As necessidades de treinamento identificadas devem ser correlatas às competências de cada área, assim como às precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nas diversas áreas da Companhia. São propostos, também,

curso voltados para o desenvolvimento futuro dos empregados, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, o LNT busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Inserida no Programa de Valorização do Servidor, a Conab vem buscando incentivar os seus empregados a reingressarem na vida acadêmica por meio de cursos de Pós-Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, desde que voltados para os objetivos estratégicos e de interesse da Companhia. Continuou implementando o Projeto Graduar para Trabalhar (alfabetização, pós-alfabetização, ensino fundamental e médio) na Matriz. Além disso, investiu no Programa Educacional de Idiomas, concedendo aos seus empregados incentivo financeiro de 50% da mensalidade, limitado em até R\$135,38.

Há ainda flexibilidade de horário para aqueles funcionários que vierem a reingressar na vida acadêmica com redução de sua jornada de trabalho.

a) Quantitativo de funcionários treinados em 2012;

Quadro 11.1: Treinamento por área de conhecimento

Área de conhecimento	Nº de Treinados	Homens/ horas treinados
Administrativa	1	24
Comunicação	6	60
Financeira	5	184
Jurídica	2	40
Operacional	2	32
Planejamento	5	88
Total	21	428

Fonte: SUMOC/GECAP

b) Resultados alcançados

Verifica-se que em relação ao ano anterior houve um incremento no número de treinados e abrangendo mais áreas de conhecimento. Onde estes números refletem apenas o número de treinados diretamente, pois há ainda treinamentos provenientes de repasses, no âmbito das regionais, aos demais colaboradores, além do processo de irradiação desse conhecimento adquirido pelos treinados. Em 2011 foram treinados 10 funcionários totalizando 240 horas e abrangendo três áreas de conhecimento revelando um aumento de 110% em relação ao número de treinados e 78,33% maior em relação ao número de horas.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

O quadro de recursos humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

No final do exercício a Sureg-AL contava com 63 funcionários.

Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11.2: Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	63	0	3
1.1. Cargos de Carreira	-	63	0	3
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		63	0	3

Fonte: DigeP/Sugep

A superintendência possuía até 31/12/2012 63 funcionários de carreira dos quais 25 desse total apresenta contrato padrão, ou seja 39,7% de toda força de trabalho da SUREG-AL e 38 funcionários ou 60,03% são contratos provenientes de reintegração judicial ou pela lei da anistia.

Quadro11.3: Demonstrativo do efetivo por situação contratual

Discriminação	Quantidade de funcionários		
	SUREG-AL		Variação
	31/12/11	31/12/12	
Contrato Padrão	26	25	-1
Reintegrado (Judicialmente)	18	17	-1
Anistiado (Lei 8878/94)	22	21	-1
Total	66	63	-3

Fonte: Sutin/Gesof

Quadro11.4: Demonstrativo por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	9	3	7	3	0	20	0	5	1	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira	1	9	3	7	3		20		5	1				
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	1	0	8	0	1	4	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira					1		8		1	4				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	1	9	3	7	4	0	28	0	6	5	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: DigeP/Sugep

Pelo quadro acima verifica-se que a Sureg-AL apresenta 14 funcionários com nível superior completo dentre os quais 5 possuem pós-graduação, porém apenas quatro funcionários possuem cargos com exigência de nível superior completo os demais são funcionários que mesmo possuindo nível superior ou até pós-graduação ocupam cargos de nível fundamental ou médio, pois a mudança de cargo só pode ocorrer mediante concurso público. A mudança da estrutura ocorrida em 2008 com a criação da superintendência, no estado de Alagoas, deveria ser acompanhada com mudanças na estrutura de pessoal com cargos compatíveis em termos de escolaridade exigida. Porém há dificuldades em novas contratações por concurso público dificultando a operacionalidade da superintendência frente as novas demandas e responsabilidades inerentes a uma superintendência regional.

Quadro 11.5: Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2)	14
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	14
2. Afastamentos (2.1+2.2)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	14

Fonte: Digep/Sugep

A superintendência regional apresentava, durante o exercício, 14 funcionários cedidos a outros órgãos públicos, amparados pelo decreto nº 4.050 de 12/12/2001 e decreto nº 6.077, de 10/04/2007 que regulamenta a cessão desses funcionários, no âmbito da administração pública federal. A maioria desses funcionários são ocupantes de cargos que exigem baixa escolaridade e cujos serviços foram em sua maioria terceirizados.

Quadro 11.6: Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	14	4	1
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		14	4	1
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	14	4	1

Fonte: Digep/Sugep

A superintendência não apresenta cargos em comissão e apenas possui funções gratificadas que são ocupadas por servidores de carreira, nas superintendências.

Quadro 11.7: Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	8	33	7
1.1. Em Cargo de Carreira		1	8	33	7
2. Empregado em Função Gratificada	1	1	0	10	2
2.1. Cargos de Carreira	1	1		10	2
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	1	2	8	43	9

Fonte: Digepl/Sugep

Os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir dos 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos, respectivamente. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da Conab (Cibrius) estabelece a idade mínima de 56 anos para concorrer ao benefício. Verifica-se que 70% do seu quadro estão aposentados pelo regime geral de previdência social, mas não se desligaram da empresa continuando trabalhando e assim além permanecem no quadro da Conab recebendo seus proventos da ativa, além da aposentadoria proveniente do regime geral de previdência, mas só podem usufruir da previdência complementar, após o desligamento da Conab. Devido a falta de incentivo para se desligar da empresa devido as fortes perdas salariais decorrentes da aposentadoria há dificuldades em renovar o quadro e ao contrario dos servidores estatutários que são aposentados compulsoriamente aos setenta anos no regime CLT não há aposentadoria compulsória dificultando ainda mais o processo de renovação da força de trabalho.

Não há uma renovação continua e de forma planejada na renovação de empregados e assim o quadro de pessoal é em sua maioria acima de 50 anos e com baixo nível de escolaridade no que se refere nas competências inerentes aos cargos existentes como a proporção entre os cargos de nível fundamental, médio e superior. Na regional a maioria dos cargos são de nível auxiliar que exige escolaridade de nível fundamental.

Composição do quadro de estagiários

Quadro 11.8: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	6	6	6	6	52.584,13
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	6	6	6	6	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	6	6	6	6	52.584,13

Fonte: Digepl/Sumoc

Em 2012, havia um estagiário acadêmico do curso de direito, lotado junto a procuradoria da SUREG-AL, um estagiário do curso de jornalismo, dois estagiários do curso de administração, um do curso de ciências contábeis e estagiário do curso de informática. A área da matriz irá ampliar o quadro de estagiários e assim devem ser lotados na área fim da empresa, principalmente nas unidades armazenadoras.

11.5.1 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro 11.9: Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão											
Exercícios	2010	952.213,07	-	-	-	39.075,00	241.404,70	-	16.991,44	-	1.249.684,21
	2011	1.113.074,09	-	-	-	30.701,50	270.892,86	-	-	-	1.414.668,45
	2012	1.479.834,20	-	-	-	19.195,00	288.609,51	-	37.676,84	-	1.825.315,55
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	334.528,89	-	-	-	-	106.902,60	-	5.223,95	-	446.655,44
	2011	348.558,95	-	-	-	-	105.800,70	-	-	-	454.359,65
	2012	377.912,43	-	-	-	-	120.900,38	-	8.845,04	-	507.657,85
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	1.216.561,42	-	423.828,17	-	46.841,93	155.931,55	-	75.731,52	-	1.918.894,59
	2011	1.276.095,88	-	454.556,22	-	4.224,00	133.233,91	-	-	-	1.868.110,01
	2012	1.239.373,09	-	413.780,71	-	14.965,00	157.477,45	-	40.839,76	-	1.866.436,01
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Dige/Sugep

Os custos apresentados incluem remuneração, vantagens e benefícios, tais como: proventos fixos, gratificações, adicionais de insalubridade, periculosidade e transferências, indenizações, diárias, benefícios como auxílio alimentação, Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, Assistência Pré-Escolar, Auxílio Escola, Vale – Transporte, Salário Família, Auxílio aos Portadores de Deficiência e Necessidades Especiais e Auxílio Funeral e ainda decisões judiciais.

11.5.2 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 11.10: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135586 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0475-78					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2011	V	O	005/2011	11.179.264/0007-66	01/10//2011	01/10/13	-	-	-	8	-	-	P	-	8
2010	L	O	003/2010	01.182.827/0001-26	02/10/11	02/10/13	-	2	-	4	-	-	P	-	6

Observações:

Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado

Fonte: SIAFI/GEFAD

11.5.3 Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

A superintendência não admitiu funcionários durante o período havendo três desligamento em decorrência de dois falecimentos e de um desligamento a pedido do funcionário. Os funcionários em função de sua contratação se dá sob égide da CLT tem sua concessão de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime geral de previdência.

Obs.: A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

11.5.4 Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Não perspectiva de aposentadorias com implicação de desligamentos, pois os funcionários da Conab são contratados pela CLT conforme já relatado e não há aposentadoria compulsória. Até 31/12/12 cerca de 80% do quadro lotado na SUREG-AL já estão aposentados, mas não houve desligamentos, pois devido a perdas nos valores de seus proventos os funcionários se aposentam sem solicitar o desligamento. Neste contexto a estratégia da empresa tem sido a elaboração de um plano de incentivo de aposentadorias visando a recomposição de pessoal.

11.5.5 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Quadro 11.11: Rotatividade ou Turnover

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total				
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gepes				
Fórmula de cálculo e método de medição: $[(Ad+De)/2]/(QLm)*100$ onde Ad=Admissões De=Demissões e QLm=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Sutin – Sistema Sênior de RH				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
< que 5%	0	0	0	0,00
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Este indicador leva em consideração a admissão e desligamentos de funcionários concursados em relação a lotação média e durante o período não houve admissões e desligamento de funcionários concursados com o resultado ficando em 0% quando o ideal é se manter abaixo de 5%				

Fonte: Sugep/Sutin

Quadro 11.12: Percentual de realização de exames médicos periódicos

Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ASOem/QLex)*100$, onde: ASOem= n° de Atestados de Saúde Ocupacional emitidos e QLex=Quadro de lotação em exercício. ASO emitido é o Atestado emitido pelo médico após o funcionário realizar os exames. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
100,00%	44,44%	100,00%	100%	100,00%
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Em 2012, apenas 44,4 % dos funcionários da Sureg-AL concluíram seus exames periódicos, porém ocorreu que desse total 4,76 % não puderam realizar devido a desligamento da empresa e o restante não puderam concluir no ano devido a problemas relacionados a marcação de exames e consultas.				

Fonte: Sugep/Gebem

Quadro 11.13: Percentual de ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Nome do Indicador: Percentual de ocorrências de Acidentes de trabalho e Doenças ocupacionais				
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades da Companhia.				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $N^{\circ} \text{ de } (AT+DO)/QLm$ onde, AT=Acidente de Trabalho e DO=Doenças ocupacionais e QLM=Quadro de Lotação médio no período. Abrangência: UF e Brasil, Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
próximo a zero	0,00	0,00	0,00	0,00
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Não houve no período afastamento em decorrência de acidente de trabalho ou doença ocupacionais levando ao indicador ficar no ideal que é próximo de zero.				

Fonte: Sugep/Gebem

Quadro 11.14: Percentual de empregados com nível superior

Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior				
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia				
Tipo: Eficácia				
Área Responsável: Sugep/Gebem				
Fórmula de cálculo e método de medição: $(ENS/QLex)*100$, onde: Ens= Empregados com Nível superior e QLex=Quadro de lotação no exercício. Abrangência: UF e Brasil. Periodicidade: Semestral e anual.				
Fonte dos dados: Sugep/Gebem/Regionais				
Evolução dos resultados do Indicador:				
Meta p/ o exercício de 2012		Resultado nos anos anteriores		
Prevista	Realizada	2011	2010	2009
sem previsão	6,35%	6,06%	6,15%	6,06%
Análise crítica do resultado do indicador em 2011:				
Não há ainda meta prevista para este indicador, porém a variação do índice foi em decorrência da variação do quantitativo de funcionários em relação ao número de funcionários com nível superior que ao longo dos quatro exercício permanece com quatro funcionários de nível superior				

Os indicadores de recursos humanos são determinados pela diretoria de gestão de pessoas onde as superintendências regionais apenas tem conhecimento e fornece informações para composição do referido indicador executando a política de gestão de pessoas planejadas pela área de recursos humanos na sede em Brasília-DF.

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A conab é uma empresa pública dependente do tesouro nacional sendo sua folha de pagamento objeto do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. A Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, como órgão Central do SIPEC e gestor deste sistema realiza cruzamento de folhas periodicamente com demais folhas das administrações públicas visando identificar irregularidades como acumulações vedadas pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, exigência de declaração informando da não acumulação ilegal durante o processo de admissão na Conab junto a área de recursos humanos. Porém não foram identificados casos que inclusive podem ser denunciados a ouvidoria via sistema disponível na internet para todo cidadão que encaminha para área pertinente adotar as providências legais.

11.7. Previdência Complementar (Cibrius)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Quadro 11.15: Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição dos Empregados	Participação %
AL	36	190.108,15	1,25%
Conab Nacional	1.539	15.179.741,18	-

Fonte: Cibrius

Do total de funcionários ativos lotados na Sureg-AL apenas 57,14% possuem adesão ao cibrius e representa 1,25% do universo de participantes.

Quadro 11.16: Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições PATRONAIS	Participação %
AL	36	190.108,15	1,25%
Conab Nacional	1.537	15.173.095,79	-

Fonte: Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

Quadro 11.17: Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

UF	Quantidade de Participantes Assistidos	Valor Pago dos Benefícios	Participação %
AL	13	145.662,96	0,64%
Conab Nacional	1.317	22.824.464,73	-

Fonte: cibrius

Resultado financeiro do CIBRIUS**Rentabilidade por Segmento e Carteira Geral
Plano de Benefício Definido – Dezembro 2012**

RENDA FIXA			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,91%	15,51%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		0,42%	8,66%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,32%	2,61%
Rentabilidade x Benchmark		-0,32%	2,61%

RENDA VARIÁVEL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		4,35%	10,60%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 11% a.a	1,62%	17,92%
Benchmark	IBr-X	5,05%	11,84%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		3,84%	4,04%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		2,69%	-6,20%
Rentabilidade x Benchmark		-0,66%	-1,10%

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		28,35%	130,70%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Benchmark	INPC + 4% a.a	1,07%	10,45%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		27,73%	117,02%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		27,00%	108,86%
Rentabilidade x Benchmark		27,00%	108,86%

IMÓVEIS			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		0,41%	27,92%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		-0,08%	20,33%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		-0,81%	13,65%
Rentabilidade x Benchmark		-0,81%	13,65%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,58%	16,46%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Meta de Rentabilidade	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,09%	9,55%
Rentabilidade x Meta de Rentabilidade		0,34%	3,45%
Rentabilidade x Benchmark		0,34%	3,45%

CARTEIRA GERAL			
Rentabilidade			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade		1,53%	16,76%
Meta Atuarial	TR + 6% a.a	0,49%	6,32%
Benchmark	INPC + 6% a.a	1,23%	12,55%
Resultado			
		No Mês	No Ano
Rentabilidade x Meta Atuarial		1,04%	9,84%
Rentabilidade x Benchmark		0,30%	3,72%

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013

Fonte: Carta/Cibrius/Sup/n.º 007, de 29/01/2013.

Os resultados da Carteira Geral alcançaram 9,84% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1% e 3,72% quando comparados com INPC+6%.

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a Resolução nº 3.456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

Análise das conclusões do Parecer Atuarial Anual do CIBRIUS

Analisando o parecer Atuarial da lavra da ATU-VERITA – Assessoria e Consultoria Atuarial, sobre o Plano de Benefícios em âmbito nacional, depreende-se que:

- em decorrência da NÃO contratação de dívidas e a não amortização das insuficiências o custo do serviço passado a amortizar AUMENTOU, de 255,54% para 294,08% sobre “folha de salários de participação dos ativos;
- em razão de alterações de hipóteses atuariais, o custo normal do plano para o exercício seguinte passou de 17,47% para 19,93 sobre o total da folha de salários dos participantes, representando um aumento de 2,46%.
- a atualização das provisões matemáticas mediante aplicação do índice do plano (TR acrescida da taxa de juros de 6% aa.) apresenta descompasso em relação à meta atuarial ou ao reajuste (crescimento) dos salários dos participantes ativos, cujas negociações coletivas asseguram, no mínimo, a inflação do período medida pelo IPCA ou INPC;
- o grupo de custeio está exposto a riscos atuariais (risco de sobrevivência e retorno dos investimento; crescimento real de salário; oscilação da média dos últimos 36 salários de participação que formam o SRB, além do teto que limita os salários de contribuição; risco do índice indexador do plano; redução do grupo pela falta de ingresso de novos participantes e conseqüente envelhecimento da massa de participantes e, maior esforço contributivo para fazer frente aos gastos administrativos; considerando os atuais 829 iminentes como se já estivessem aposentados, a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 344% das receitas de contribuição e caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio; além de riscos devido a fatos estruturais, a atual situação do plano quanto a reservas a amortizar, risco pelo atual grau de capitalização do plano com cobertura das Reservas, sendo que os Benefícios a Conceder a cobertura corresponde a apenas 28% das reservas matemáticas, ou seja, no momento o plano está insolvente.);
- o déficit técnico deve ser equalizado observando o valor apurado em 31/05/2000, R\$ 282.032.218,17, devidamente atualizado (INPC + 6%) devendo ser alterado o índice de correção dos benefícios concedidos por um índice que efetivamente represente a inflação, como também a aplicação de outro regime financeiro de capitalização, vez que o Crédito Unitário Projetado (PUC) tem perspectiva de evolução crescente de taxa de custeio, caso o plano não tenha ingresso de novos participantes;

Por conseguinte, sob pena de agravamento da situação de insolvência e em face do envelhecimento da massa, redução do grupo e da restrição de ingresso de novos participantes, o equacionamento das insuficiências se reveste de caráter prioritário, exigindo medidas efetivas e diligentes dos Gestores do Cibrius e da Conab quanto ao encaminhamento/ajustamento das posições da STN, já manifestada em Nota Técnica e, por outro lado do DEST, que até o encerramento do exercício não havia se manifestado formalmente, embora tenha participado de reuniões sobre o assunto.

Cabe acrescentar contudo, que por meio da Nota Técnica n.º 48/CGINP-MP, de 07/02/2013, o DEST se manifestou nos seguintes termos:

Item 27 - “Considerando que este Departamento, permanentemente, tem participado da condução

do assunto em tela junto a STN/MF e, portanto, concordando com os encaminhamentos exarados em Nota Técnica daquele órgão, reafirmamos a necessidade de se promover a solução de consenso, até aqui debatida e acordada entre todos os órgãos envolvidos, quais sejam: DEST, STN, MAPA, PREVIC, CONAB e CIBRIUS, cuja finalidade, até o momento, foi evitar nova intervenção e possível liquidação do plano, quais sejam:

- a) fechamento imediato do atual plano de benefício;
- b) implantação imediata de novo plano;
- c) saldamento do atual plano, respeitando os limites exarados nesta Nota;
- d) contratação do valor de responsabilidade exclusiva da Conab no prazo a ser acordado junto a Previc e a taxa de juros não superior a meta-atuarial vigente; e
- e) providências visando redução de custo administrativo, considerando a hipótese de transferência de gerenciamento dos planos de benefícios e extinção do Cibrius.”

Item 28 - “Assim, sugerimos que este Departamento se manifeste favoravelmente ao encaminhamento dado pela STN/MF e corroborado nesta Nota Técnica, oficiando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.” Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para as providências cabíveis.”

A referida Nota Técnica foi aprovada pelo titular do citado Departamento, encaminhada à CONAB por intermédio do MAPA, encontrando-se, no momento (mai/13), em fase de estruturação/formalização dos instrumentos legais, com vistas a aprovação dos órgãos colegiados da EFPC e da Patrocinadora CONAB e posteriormente à PREVIC para ratificação.

Considerando os encaminhamentos e providências adotadas, o assunto deverá ser equacionado em 2013 e os problemas solucionados.

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Programas e Ações do PPA

Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA.

As metas físicas e financeiras são estabelecidas por áreas centralizadas na matriz, após serem submetidas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ao qual a companhia está vinculada, que é responsável direto pela definição das políticas agrícolas e de abastecimento. Desta forma as ações são executadas nas regionais, porém são planejadas e coordenadas por áreas específicas na sede da companhia em Brasília-DF.

Quadro 12.1: Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	10.000.000,00	3.804.222,40
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	2	2	92.153,26	7.563,23
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	75	130	10.000,00	5.733,03
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	4	4	30.000,00	20.606,16
		02F9	8579 - Geração de Informações	Inform disponib	-	-	0,00	1.704,05
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	1.800.000,00	1.732.236,32
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	1.000.000,00	842.484,67
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	240	230	300.000,00	292.001,37
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	64	63	385.000,00	384.396,68
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	30	21	30.000,00	21.588,42
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	550.000,00	530.674,75
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	161.000,00	160.640,31

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

Detalhamento das ações e programas dentro do PPA:

Ação - (2130) Formação de Estoques Públicos

Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.

Está é uma ação que não houve meta física para Sureg-AL devido a região não apresentar excedente de safra necessitando de intervenção do Governo na compra para formação de estoque, porém dentro desta ação há meta física em função de gastos com armazenagem e remoção com estoques que foram transferidos para a regional de Alagoas para compor o estoque regulador e estratégico e em 2012 houve dotação orçamentária de R\$ 10.000.000,00, conforme o quadro 12.1, onde foram executados R\$ 3.804.222,40 ou 38% da dotação orçamentária prevista onde esta grande diferença ocorreu devido ao atraso no transporte e problemas na contratação de transportadoras para remoção do milho para atender o programa do governo com venda de milho a preços subvencionados durante a estiagem. Em relação ao ano anterior em que houve dotação orçamentária de 1.100.000 dos quais foram executados cerca de 70% desse total.

Os números refletem um baixo desempenho na execução orçamentária que é reflexo de dificuldades na contratação de frete para remoção desses produtos para compor os estoques da regional.

Ação - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

A ação tem por objetivo adequar e manter as unidades armazenadoras da Conab dentro do que preconiza as normas de certificação de armazenagem melhorando a eficiência dos serviços prestados para sociedade.

Em decorrência de contingenciamento orçamentário das despesas de investimentos e a falta de engenheiros tanto na Matriz quanto nas Superintendências Regionais da Conab esta Ação encontra-se com baixo índice de execução. Foram executados apenas obras, serviços de manutenção ou aquisição de pequenos equipamentos.

Desta forma como se pode verificar, quadro 12.1, em 2012, da dotação orçamentária prevista de R\$ 92.153,26 foram executados apenas R\$ 7.563,23 ou seja 8,2% do inicialmente previsto. Em comparação com o exercício anterior onde a dotação orçamentária era de R\$ 57.731,92 e foram executados 8,6% do inicialmente previstos verifica-se dificuldades na execução orçamentária, porém em grande parte por dificuldades em licitar, pois algumas licitações.

Os indicadores de desempenho são globais e apresentados no relatório de gestão da matriz que estabelece metas para unidade certificadas ano a ano onde se considera a rede recuperada quando está em condições de ser certificada.

Ação - (2137) Fiscalização dos Estoques

Está ação tem por objetivo a fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.

Conforme verificado, quadro 12.1, havia uma meta prevista para a regional de de 75 operações de fiscalização, porém devido ao aumento considerável das operações devido a ampliação do programa venda Balcão por circunstâncias atípicas foram realizadas 130 fiscalizações

extrapolando a meta física, porém ficando abaixo da meta financeira para meta física inicialmente prevista isto devido as fiscalizações do programa venda balcão onde possibilita em alguns casos fiscalizar um grupo de pessoas em determinada localidade fazendo com que os custos sejam bem menores que o previsto e desta forma orçamento inicial de R\$ 10.0000,00 foram gastos apenas R\$ 5.733,03 mostrando eficiência com bom aproveitamento dos recursos disponíveis. No Exercício anterior foram disponibilizados R\$ 9.700,00 dos quais foram executados 53,6%, porém a meta física era de 18 fiscalizações e ao final tinham sendo executadas 33 fiscalizações superando assim a meta física.

Ação - (4711) Pesquisa de safras

Esta ação visa obter projeções das safras dos principais produtos agrícolas para subsidiar a conjuntura futura desses produtos e desta forma planejar e executar as políticas agrícolas e de abastecimento. As pesquisas são objeto de análise e estudos e é essencial para o planejamento frutos de estudos de mercado.

Esta ação é coordenada e planejada através de áreas na sede e os indicadores gerenciais são organizados na sede e deve ser apresentado no relatório de gestão da sede, em Brasília-DF, a sureg realiza as pesquisas regionais utilizando a equipe técnica da Sureg-AL e remetendo de volta as informações coletadas através dos levantamentos não sendo responsável pelo processamento e análise dos dados, bem como sua divulgação se dá após análise e crítica da área responsável por consolidar essas informações.

Em 2012, foram planejados quatro levantamentos como meta física e as quais foram todos realizados com dotação orçamentária de R\$ 30.000,00 sendo executado R\$ 20.606,16 que foi devido ao levantamento ter sido realizado em um menor período e por algumas vezes o levantamento ter sido realizado sem despesas com locação ou deslocamento de técnicos de outras regionais que implica em desembolso com passagens aéreas, além das despesas com diárias à serviço. No ano anterior a meta física era de 7 levantamentos para o estado de Alagoas com dotação orçamentária de 20.000,00 dos quais foram gastos cerca de 69% onde o custo por levantamento foi menor em função desses levantamentos terem sido realizados por técnicos da própria regional e terem sido aproveitados outras operações para realizar simultaneamente o levantamento de safra e assim minimizando os custos.

Ação - (8579) Geração de Informação

Semelhante a ação de pesquisa de safra esta ação tem por finalidade subsidiar as políticas agrícolas e de abastecimento levantando o preço de produtos e insumos visando traçar prognóstico para necessidade de intervenção através de uma política de garantia de preços mínimos ou de referência e assim melhorar a eficácia das ações de abastecimento.

Em 2012, não houve meta física e financeira estabelecida, mas houve execução financeira realizada no valor de R\$ 1.704,05 sem que houvesse meta física realizada isto se explica devido a gastos com participação em evento que visa melhorar a metodologia de pesquisas de preços assim como no exercício anterior que houve meta financeira de R\$ 2.000,00 e execução de R\$ 1.687,50.

Programa - (2105) MAPA

Este programa envolve ações voltadas para o custeio da estrutura física e de pessoal da companhia e engloba as seguintes ações dentro PPA:

- (00H1) - Pagamento de Pessoal Ativo;
- (2000) - Administração da Unidade;
- (2004) - Assistência Médica;
- (2012) - Auxílio-Alimentação;
- (4572) - Capacitação de Servidores.

E por ser ações cuja gestão das metas são de responsabilidades de áreas específicas da sede da

Conab, em Brasília-Df, os indicadores de desempenho institucionais serão apresentados no relatório de gestão da sede. Os valores estão apresentados no quadro 12.1 e sua análise e providências para o próximo exercício consta no relatório de gestão da sede da Conab.

Programa - 0901 (SMJ)

Este programa dentro do Plano Plurianual – PPA evolve as ações de natureza judicial e com duas ações : **(0022) - Cumprimento de Sentenças e (00H2) – Pagamento de Depósitos Recursais** . É um programa que depende de muitas variáveis mais refletem em parte problemas que não são resolvidos no âmbito administrativo e desta forma são submetidos a justiça para apreciação e os indicadores e críticas das metas também serão objeto de análise e manifestação no relatório de gestão da sede que consolidará a execução financeira de todas as regionais, bem como apresentará as providências a serem adotadas diante do cenário atual dessas ações.

Indicadores de desempenho institucionais

Estes indicadores estão contemplados no final dos itens 3, 4 e 7 deste relatório.

Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

A elaboração do plano diretor da empresa aliada a implementação da política de gestão de desempenho junto com a retomada do planejamento estratégico da empresa visa corrigir algumas incorreções que contribuem para diminuição da eficiência e eficácia de alguns processos executados pela regional.

Uma ação importante é a recomposição do quadro de pessoal para assumir novas demandas e que são atualmente supridas por pessoas que não possuem competências inerentes a seu cargo para se incumbir de determinadas tarefas e assim compromete a excelência do trabalho,.

Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Desde o advento do programa Fome Zero a Conab ficou responsável pela execução do Programa de Aquisição de Alimentos, além das ações de distribuição de alimentos executadas por vários ministérios e secretarias ligadas a Presidência da República como Ministério da Integração Nacional – Mi e Secretaria Nacional de Defesa Civil – Sedec, quando da ocorrência de catástrofes e apoio a grupos e comunidades em situação de insegurança alimentar e nutricional, executados através do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS ou Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – SEPPIR. Todas essas ações executadas pela Conab são referendadas mediante convênio entre esses Ministérios/ Secretarias e a Conab, porém esses convênios são celebrados pela sede da Conab onde as superintendências regionais são responsáveis pela execução. E desta forma as informações desses convênios e consequentes repasses serão apresentado de forma consolidada no relatório de gestão da sede da Conab

Quadro 12.2: Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	998.041,37
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	12.180.638,18
	2802 - Oper Aquisição alimentos	49.378,20
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	4.007.838,36
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	1.320,00
Total		17.237.216,11

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do

MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Os restos a pagar constituem compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida fluante e podem ser caracterizados como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. A inscrição em Restos a Pagar decorre da observância do Regime de Competência para as despesas.

Portanto, as despesas empenhadas, não pagas até o dia 31 de dezembro, não canceladas pelo processo de análise e depuração e, que atendam os requisitos previstos em legislação específica, devem ser inscritas em Restos a Pagar, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício.

Essas despesas não deverão afetar o universo orçamentário do exercício seguinte, pois deverão ser pagas com recursos financeiros provenientes do exercício em que foram empenhadas, com o propósito de manter o equilíbrio orçamentário dentro do regime de competência legal já citado e para não comprometer as fontes de financiamento do programa de trabalho do exercício seguinte.

Quadro 12.3: Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	106.622,96	0,00	83664,36	22.958,60
2010	1.980,25	0,00	0,00	1.980,25
2009	69,74	0,00	0,00	69,74
2008	890,78	0,00	0,00	890,78
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	307.520,47	0,00	303.294,52	4.225,95
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

Desta forma os saldos de restos a pagar processados dos anos de 2008 à 2010 que foram empenhados para pagamentos de impostos já estão sendo regularizados e quanto aos valores retidos em 2011 não foram efetuados para garantir ação trabalhista conforme orientação da procuradoria jurídica da Superintendência Regional de Alagoas.

Já os referente ao saldo dos restos a pagar não processado foi decorrente de serviços que ainda faltavam ser concluídos.

12.3. Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício

Não há conteúdo a ser apresentado pela SUREG-AL.

12.4. Transferências mediante Convênio

Não há conteúdo a ser apresentado pela SUREG-AL.

12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 12.4: Balanço Patrimonial

A T I V O	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01
PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03

CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE

Diretor de Política Agrícola e Informações

Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.5: Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

Fonte: SUCON

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.6: Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50

Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

Fonte: SUCON

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.7: Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

Fonte: SUCON

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Quadro 12.8: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSE.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

Fonte: SUCON

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade

Superintendência de Contabilidade
Superintendente

Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o

valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Em R\$ mil

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Aliações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

Em R\$ mil

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546

Em R\$ mil

Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada

cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

Em R\$ mil

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- **Trabalhistas:** Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- **Tributárias:** Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- **Cíveis:** Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- **Cíveis:** São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- **Trabalhistas:** São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- **Tributárias:** São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007

Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- **Cível:** Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- **Trabalhista:** Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- **Tributária:** Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Em R\$ mil			
	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No

exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) *Capital Social*: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) *Reserva Legal*: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) *Reserva de Retenção do Lucro*: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) *Plano de Previdência Complementar*

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011

Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasso – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasso – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasso – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
 Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
 Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
 Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

12.6. Composição dos Investimentos da Empresa

Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.

12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Os imóveis da companhia localizados, em Alagoas, que estão sendo efetivamente usados estão necessitando de reformas para atender a finalidade da empresa como os prédios usados para armazenagem que necessita se adequar as normas de certificação de unidades armazenadoras já os imóveis que não servem para armazenagem estão sendo destinados a venda conforme decisão do conselho de administração da empresa.

Quadro 12.9: Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	Exercício 2012	Exercício 2011	
Alagoas	4	4	Imóveis destinados a venda: Um prédio em Maceió e o armazém de União dos Palmares (Conad-Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Maceió	2	2	
Palmeira dos Índios	1	1	
União dos Palmares	1	1	
Subtotal Brasil	4	4	
Subtotal Exterior	0	0	
Total (Brasil + Exterior)	4	4	

Fonte: Diafi/Supad

A criação da superintendência implicou em ampliar a estrutura física da companhia para abrigar a sede da superintendência, em Alagoas, e assim a solução foi encontrada através da cessão de uso gratuito de imóvel de propriedade da união através da Superintendência do Patrimônio da União – SPU que concedeu a cessão por um prazo de dez anos podendo ser prorrogado. A Conab é responsável pelo pagamento de despesas com condomínio que realiza por sua vez as despesas com manutenção do prédio. Porém internamente necessitam de reformas de pintura e banheiros onde encontra-se em processo de licitação dos serviços.

Quadro 12.10: Bens Imóveis de Propriedade da União cedidos a UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
135586 SUREG-AL	16		3	0		0	0,00	0,00

Portaria SPU nº 9 – Sureg/AL, de 25 de abril de 2011, autorizada a cessão de uso gratuito do imóvel destinado à Sede da Sureg Alagoas pelo prazo de 10 anos, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, a critério daquela Secretaria.

Fonte: Diafi/Supad

12.8. Parecer da Auditoria Independente

Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 13.1: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos			x		

internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: Avaliando os resultados acima pode-se concluir que a gestão é pautada nos princípios da administração pública e busca dentro do seu planejamento estratégico a melhoria da gestão com foco em uma cultura de resultados.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: SUREG-AL

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Não há conteúdo a ser apresentado pela SUREG-AL.

13.3. Auditoria Interna

Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.

Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional de Alagoas, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários e para despesas com diárias e passagens impostas, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Maceió-AL, 31 de maio de 2013.